

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,  
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE-----

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

---- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, reuniu, no auditório do Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos, número sessenta e três, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vítor Manuel da Cruz Carvalho, e pela Segunda Secretária, Joana Linda Domingos de Castro Correia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

---- Ponto 2 – Período de Antes Da Ordem do Dia; -----

---- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 7 da sessão anterior; -----

---- Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;-----

---- Ponto 5 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais 2014 e apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas de 2014;---

---- Ponto 6 – Análise, discussão e votação da Norma de Controlo Interno;-----

---- Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Regulamento da Organização, dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios; -----

---- Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Regulamento da Organização, Funcionamento e Utilização dos Espaços Geridos pela Freguesia de Arroios; -----

---- Ponto 9 – Análise, discussão e votação do Regulamento de Inventário e Cadastro Patrimonial; -----

---- Ponto 10 – Análise, discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; -----

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

---- **Do Partido Socialista (PS):** – Pedro Manuel Dias Louro, Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuphart, Carlos Henrique Pinto Caixinha de Marques dos Santos, Joana D´Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Joaquim Ramos Costa e Ana Luísa Cerveira de Mira Feio. -----

---- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Nuno Miguel Valentim de Sousa Vitoriano, Maria Manuel de Figueiredo Barroso Baía Afonso, Damião Martins de Castro, Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias e João Francisco Borges da Costa.-----

---- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

---- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** - Júlio Prata da Purificação Sequeira. -----

---- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

---- **Do Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes. -----

---- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

---- João Mário Amaral Mourato Grave, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Francisco Borges da Costa;-----

---- Maria João Castanheira Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Miguel Alexandre Ayres de Mendonça Cardoso Matias. -----

----- Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público;** -----

----- **Freguesa Ana Maria Portela** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu sou moradora na Calçada de Santana e trabalho na Rua Dona Estefânia e o motivo é esse mesmo. Na Rua Dona Estefânia, precisamente no nº 15-B e no nº 17-A, nos passeios, efetivamente retiraram lá umas árvores mas não retiraram as raízes dessas árvores, então os passeios estão num estado lastimoso. Assisto às quedas das pessoas mais idosas sobretudo e não só, acontece que houve lá uns trabalhos que penso que foram de águas e acontece que está lá uma tampa de água mesmo solta e saída. -----

----- Eu penso que até o próprio piso tenha cedido. Penso que o passeio não está nivelado e que o piso cedeu e a tampa está mesmo saliente. Caem lá muitas pessoas, as pessoas também se distraem e caem naquele sítio.-----

----- Por sua vez em frente, mesmo no sítio dos muros da Academia, mesmo em frente ao 17-B, acontece exatamente a mesma situação. As árvores foram retiradas e as raízes não, então os passeios está num estado lastimoso. -----

----- Naquela zona não há um único passeio que esteja direito, aquilo tem umas saliências que parece uma montanha russa, está num estado horrível. É só o que eu tenho a dizer, aquela zona entre o 17-A e o 17-B está num estado muito lastimoso.” -----

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Saudações revolucionárias a todos os presentes. -----

----- O 25 de Abril está a passar por aqui. -----

----- Senhora Presidente desta Assembleia de Freguesia, começo a minha intervenção pela sua pessoa.-----

----- Senhora Presidente, quando é lançado um edital a convocar precisamente esta Assembleia de Freguesia, eu dirijo-me a um determinado polo da rede, dos vários polos criados na Freguesia de Arroios, e a resposta é sempre a mesma da parte dos senhores funcionários administrativos, os quais não têm responsabilidade nenhuma. ‘Mas vai acontecer uma Assembleia de Freguesia? É que nós não temos informação’. -----

----- Nem existe a informação, nem existem as fichas para que os eleitores possam fazer a sua inscrição previamente. Isto já se arrasta há muito tempo. É mais fácil ir a Roma e falar com o Papa Francisco do que conseguir uma simples ficha de inscrição para poder realizar aqui uma intervenção da parte do público e eu escrevi, está aqui por escrito uma exposição à Senhora Presidente desta Assembleia com as cópias, tanto da insistência da minha parte, concretamente no polo dos Anjos, em que a funcionária administrativa, e bem, fez-me esta proposta: ‘como não há fichas de inscrição para a Assembleia, eu posso-lhe fazer a inscrição numa ficha para a intervenção do público na reunião pública de Executivo?’ E eu respondi à senhora funcionária que da minha parte não tinha nenhum obstáculo a colocar. -----

----- Assim foi feito, só que quando vierem as fichas para a inscrição na Assembleia de Freguesia, porque são fichas totalmente diferentes, não vamos estar a fazer mais confusão, uma coisa é a ficha de inscrição para a intervenção do público nas várias reuniões públicas de Executivo e outra ficha é para a inscrição do público para esta Assembleia concretamente. Então faça-me o favor de fazer a inscrição quando vierem as fichas e a senhora funcionária disse que fazia a inscrição para as fichas da Assembleia.

----- Dias e dias fui a vários polos da Junta de Freguesia de Arroios e as fichas não existem. Está aqui a prova da data. Até que no passado dia 23 do corrente mês, no polo da Pena, eu disse que não saía dali sem fazer a minha inscrição numa ficha para a Assembleia de Freguesia. Estive mais de uma hora e meia para que a senhora funcionária administrativa conseguisse uma cópia da ficha de inscrição, está aqui. -----

----- Senhora Presidente, até à data de hoje não recebi nenhuma resposta da sua parte e solicito à Senhora Presidente desta Assembleia que me faculte as cópias dos documentos às várias bancadas com assento nesta Assembleia. Se houver alguma dúvida, eu tenho aqui os originais para que possam fazer a comparação entre os originais e as cópias. ---

----- Passo agora para o Executivo.-----

----- Senhora Presidente Margarida Martins, quero-lhe dizer cara a cara e nos olhos que eu não tenho rigorosamente nada contra a sua pessoa, só que para mim, como eleitor desta Freguesia, estão em primeira linha os assuntos da Freguesia e eu nunca irei abdicar dos assuntos da Freguesia.-----

----- Passando para o Senhor António Bacalhau, eu vou-lhe dar a resposta mediante os últimos acontecimentos da reunião pública do corrente mês. Não lhe fica bem estar a ameaçar o eleitor desta Freguesia que chama a polícia, porque as coisas não vão bem nesta Freguesia e, como não vão bem, é urgente que seja feita alguma coisa para se passar a ouvir as vozes da população de Arroios.-----

----- Eu tenho aqui concretamente cópias de vários documentos com a data de 2014 dirigidos ao Vogal com a competência do espaço público, o Senhor Veríssimo. Em 2014 alertei o Senhor para o número fabuloso de buracões nos passeios da nossa Freguesia em calçada simples. Estamos em 2015, não recebi resposta nenhuma e os buracos continuam abertos e as pessoas continuam a cair nos mesmos e a aleijarem-se.-----

----- Concretamente, mesmo aqui ao lado das instalações onde se realiza hoje esta Assembleia, Rua Francisco Lázaro, todos os presentes que estejam disponíveis quando terminar esta Assembleia confirmem o número de buracões que existem só na Rua Francisco Lázaro, que é precisamente aqui ao lado destas instalações. Isto desde 2014 e eu já em finais de 2013 tinha alertado o Executivo, através da pessoa da Senhora Presidente, para a urgência da criação de equipas específicas de calceteiros, porque o Executivo está-se a aproveitar de um programa ocupacional e da boa vontade de um conjunto de várias mulheres e de vários homens sem formação específica para reconstruírem passeios em calçada simples, que é da competência exclusiva desta Junta de Freguesia e não da Câmara Municipal. ‘Toma lá o carrinho de mão, tens a pedra, tens martelo, agora vais para a rua e desenrasca-te’.-----

----- Isto não pode continuar, porque nós somos uma Freguesia dois em um, uma área dispersa e a situação não pode continuar, porque os buracos cada vez são mais e não há resposta, não sei porquê.-----

----- Eu tenho aqui os documentos todos que desejo entregar à Senhora Presidente desta Assembleia, para que passe para as mãos dos eleitos das várias bancadas.-----

----- Para concluir, desejo dizer a esta Assembleia que o problema não está em mim, porque eu como eleitor cumpro os meus deveres e responsabilidades, que é não deixar passar ao lado os problemas que me afetam a mim e todos os moradores desta Freguesia. Eu agradeço que todos os presentes com responsabilidades políticas comecem realmente a assumir as vossas responsabilidades, porque isto é tudo muito bonito fazer parte de uma lista partidária mas depois não há resultados palpáveis e na verdade a nossa Freguesia não está melhor. A pior coisa que pode acontecer à vida de uma população é tentar-se criar a ilusão de que a Freguesia está melhor, mas não está.-----

----- Rapidamente, higiene urbana. Com uma Freguesia dois em um, uma área bastante dispersa, a higiene urbana funciona até às quatro da tarde, a partir das quatro da tarde não há higiene urbana numa Freguesia que tem uma população que ultrapassa os 29 mil habitantes.-----

----- Para concluir desejo dizer à Senhora Presidente que fiz vários alertas em 2014, nas comemorações do 25 de Abril, e disse que há um apagão nas comemorações do 25 de Abril na Freguesia de Arroios. ‘Vamos ver o que é possível fazer em 2015’. Estamos em

2015, o 25 de Abril foi há dias e mais um apagão. Não houve comemorações na Freguesia de Arroios.-----

----- O 25 de Abril está a passar por aqui. Obrigado Salgueiro Maia por teres feito o 25 de Abril e Viva Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à Senhora Presidente da Junta.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que tinha ideia das árvores na Rua Dona Estefânia não terem sido retiradas pela Junta de Freguesia e sim pela Câmara Municipal. Em relação às raízes nos passeios, tinha que se falar com a Câmara para ver o que se passava com isso, porque era uma obra estruturante.-----

----- De qualquer maneira, o que se tinha estado a fazer era tirar os cepos que a Câmara deixara ao longo do tempo. Desde o dia 10 de março do ano anterior que estavam a tirar os cepos e a pôr árvores novas.-----

----- Em relação aos pisos, no dia seguinte iria falar com a equipa e perguntar o que se passava, se já teriam conhecimento do que se passava em relação ao piso da Rua Dona Estefânia, se era um piso simples de arranjo ou se seria uma situação mais complicada. Se fosse mais complicada teria que ser a Câmara, se fosse um piso simples de arranjo seria a Junta de Freguesia, como tinha feito ao longo do tempo na Freguesia toda.-----

----- **O Vogal da Junta João Veríssimo**, respondendo ao freguês Frederico Guerreiro, confirmou que a higiene urbana funcionava até às quatro da tarde, mas começava às seis da manhã e existia ainda um turno da noite onde se procedia à lavagem das ruas.-----

----- Quanto aos buracos na calçada, de facto tinham herdado calçadas em muito mau estado e tentava, com a ajuda dos seus colegas do Executivo, com a ajuda do pessoal da higiene urbana e espaço público, encontrar locais passíveis de se intervir. Tinham tido mais de cem intervenções no primeiro trimestre ao nível precisamente do combate às anomalias nos passeios. Não era fácil em 60 quilómetros de vias ter tudo bem, mas com certeza que iriam intervir, nomeadamente no exemplo que o Senhor Frederico ali levara e que agradecia, na Rua Francisco Lázaro.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, relativamente à questão dirigida à Mesa, disse que as informações das funcionárias da Junta de Freguesia não coincidiam com as do freguês Frederico Guerreiro. Elas tinham a documentação, entregavam sempre as folhas e até ao momento ninguém tinha sido impedido de se inscrever para falar na Assembleia por falta de documentação.-----

----- **Ponto 2 – Período de Antes Da Ordem do Dia;**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que ia apresentar uma moção, assim como uma recomendação e uma reclamação.-----

----- **Moção** -----

“----- LUTAR POR ABRIL PARA UMA VIDA MELHOR!-----

----- FAZER DO 1º DE MAIO UMA JORNADA DE LUTA -----

----- PELA DEFESA DOS SEUS VALORES NO FUTURO DE PORTUGAL -----

----- *Foi com Abril que, pela primeira vez na história do País, foram reconhecidos ao povo português o direito universal à saúde gratuita, tornado possível através da criação do SNS — Serviço Nacional de Saúde; o direito de todos os portugueses à segurança social; foi consagrado o direito à educação para todos; foi consagrado o direito ao trabalho e à habitação, o direito à igualdade entre mulheres e homens, ao salário mínimo nacional, a férias pagas entre tantos outros.*-----

----- *Foi com Abril que se comemorou o 1º grande 1º de Maio, marco da luta dos trabalhadores de todo o Mundo pelos seus direitos.*-----

----- *Considerando:*-----

----- *Que estes e outros direitos, consagrados na Constituição da República Portuguesa, têm sido alvo do ataque sistemático dos sucessivos governos com vista à sua liquidação;*

----- *Que hoje, já são mais de dois milhões e setecentos mil os portugueses a viver abaixo do limiar da pobreza, e este número continua a crescer ao mesmo tempo que se esvazia o papel da Segurança Social pública;*-----

----- *Que nos últimos três anos foram lançados na pobreza mais seiscentos mil portugueses, enquanto as grandes fortunas não pararam de crescer;*-----

----- *Que a sucessão de mortes ocorridas nos últimos meses nas urgências hospitalares é um exemplo dramático da política de estrangulamento financeiro do Serviço Nacional de Saúde e das opções ideológicas do governo que secundariza a vida das pessoas face ao interesse dos grupos económicos e financeiros;*-----

----- *Que o ataque à Administração Pública se cifra já no despedimento de mais de 72.000 trabalhadores, no encerramento de centenas de serviços públicos, no corte de salários, no aumento injusto e inaceitável para as 40h;*-----

----- *Que a ofensiva desferida sobre os trabalhadores se traduz no aumento do desemprego e da precariedade no trabalho, no aumento da emigração e da exclusão social, no desmantelamento do sector produtivo;*-----

----- *Que a elitização do ensino, o ataque aos estudantes, aos professores e a todos os trabalhadores não docentes, tem como objetivo a destruição da escola pública;*-----

----- *Que o ataque aos reformados e pensionistas por via dos cortes nas reformas e pensões poem em causa de forma desumana e injusta a sobrevivência e a dignidade de quem levou uma vida de trabalho;*-----

----- *Que o agravamento dos valores das rendas de casa, num quadro de grande fragilidade económica e social, tem tido como consequência o despejo de inúmeras famílias das casas que habitavam;*-----

----- *Que o Poder Local Democrático é uma importante conquista da Revolução, tem sido alvo de inaceitáveis ataques à sua autonomia e independência, comprometendo a sua legitimidade democrática;*-----

----- *Que os eleitos no Poder Local, não podem aceitar a continuação da destruição de tudo quanto foi alcançado em Abril.*-----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em 29 de Abril de 2015, delibere:*-----

----- *1. Saudar o 41º aniversário da Revolução de Abril e a participação da população no desfile realizado no dia 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, e nas diversas iniciativas que tiveram lugar na Cidade de Lisboa;*-----

----- *2. Manifestar a sua oposição às políticas económicas e sociais, que têm vindo a afundar o país, promovendo a desigualdade, a pobreza, a fome e a miséria;*-----

----- *3. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes - direitos consagrados na Constituição de Abril;*-----

----- *4. Saudar o 1º de Maio e apelar à participação de todos os trabalhadores, reformados e pensionistas, estudantes, jovens, homens e mulheres de Lisboa, nessa grandiosa jornada de luta;*-----

----- *5. Enviar esta moção para:*-----

----- *Presidente da Assembleia da República*-----

----- *Grupos Parlamentares da Assembleia da República*-----

----- *Associação Conquistas da Revolução*-----

----- *Associação 25 de Abril*-----

----- *CGTP-IN*-----

----- UGT -----  
----- As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios  
----- Maria Fernanda Pereira Goncalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira  
Mirra.” -----

#### ----- **Recomendação** -----

“----- Considerando que a Lei estipula que as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia, anualmente, são quatro destinando-se à apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte, bem como apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, assim como todas as outras competências (ver Artº. 17º. Da Lei 169/99); -----

----- Considerando que os assuntos em debate pela sua especificidade têm que ser analisados e discutidos com o tempo necessário para que membros intervenientes na discussão possam ser informados e esclarecidos sobre os temas em debate; -----

----- Considerando que para além dos assuntos à discussão e apreciação há um período destinado à intervenção do público, 60 minutos e um período Antes da Ordem do Dia, 30 minutos;-----

----- As eleitas do PCP tendo como referência alguns acontecimentos, nomeadamente, na Assembleia de Freguesia de 18 de Dezembro de 2014 e mantendo a sua posição quanto à participação ativa dos fregueses através dos meios de que dispõem, sendo um deles, nas Assembleias de Freguesia no período de Intervenção do Público entendem que:-----

----- 1 - Deve ser feita uma melhor gestão do tempo; -----

----- 2 - As intervenções com carácter de divulgação com utilização de meios audiovisuais, devem ser evitados, a fim de não ocupar tempo necessário e recomendável para a apreciação e discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos. Devem, caso se justifique, ser apresentadas em Assembleia Extraordinária ou qualquer outra forma de divulgação;-----

----- 3 — As sessões devem cumprir com o horário de início dos trabalhos logo que haja quórum, a Ordem de Trabalhos não deve ser muito extensa e em caso de debate mais prolongado, as sessões devem ser interrompidas e continuadas no dia seguinte conforme o estipulado na Lei. -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios  
----- Maria Fernanda Pereira Goncalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira  
Mirra.” -----

#### ----- **Reclamação** -----

----- “Na última Assembleia de Freguesia, 18 de Dezembro de 2014, a Senhora Presidente, Margarida Martins, em resposta a questões levantadas pela eleita do PCP, Fernanda Lacerda, sobre o ponto da Informação Escrita e do Orçamento para 2015, disse que iria ... “ler aquilo que lhe tinham perguntado e depois responderia por escrito a todas as questões”. -----

----- Não sendo a forma mais correta de tratar o assunto, considerando que um dos poderes dos membros eleitos nos termos da Lei é o de solicitar as informações e os esclarecimentos que entendam necessários, foi entendido pela eleita, devido ao adiantado da hora dos trabalhos, aceitar essa forma de resposta. -----

----- Passados 4 meses, não houve resposta às questões o que, em face desta atitude, de futuro, as eleitas do PCP, em circunstâncias idênticas, por falta de esclarecimentos ou informação, votarão “CONTRA” os documentos em questão mesmo que isso contrarie a sua tendência de voto. -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios.

----- *Maria Fernanda Pereira Goncalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.*” -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** disse que iria apresentar duas saudações e fazer uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

#### ----- **Saudação** -----

----- Saudação ao 25 de Abril -----

----- *“Considerando que no dia 25 de Abril de 1974 se pôs termo ao regime do Estado Novo;*-----

----- *Considerando que na mesma data se iniciou uma nova etapa da construção da democracia e da liberdade em Portugal;*-----

----- *Considerando que no dia 25 de Abril de 1975 ocorreram as primeiras eleições universais e livres no nosso País;* -----

----- *Considerando que o regime saído do 25 de Abril de 1974 é o percussor da construção do Poder Local;*-----

----- *Considerando que o Poder Local está consubstanciado nas autarquias locais, nas quais a Freguesia tem uma especial importância pela proximidade dos problemas das populações;*-----

----- *Considerando a data de 25 de Abril que passou;* -----

----- *Considerando ainda que a Assembleia de Freguesia de Arroios é o órgão deliberativo e representativo do povo desta Freguesia.*-----

----- *A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida hoje, delibera saudar o 25 de Abril e por ocasião desta efeméride todos aqueles que ao longo dos tempos lutaram e deram a vida pela liberdade.*” -----

#### ----- **Saudação** -----

----- Saudação ao 1º de Maio -----

----- *“Considerando que no dia 1 de Maio de 1886, nos Estados Unidos da América, mais concretamente nas ruas de Chicago, se iniciou a luta, Revolta de Haymarket, pela jornada laboral de oito horas;*-----

----- *Considerando que em 1889, em Paris e por proposta de Raymond Lavigne, o 1º de Maio é inscrito como data de luta pela jornada laboral de oito horas;*-----

----- *Considerando que em 1 de Maio de 1891 em França ocorre a morte de dez pessoas que se manifestavam pela jornada laboral das oito horas;*-----

----- *Considerando que a França, em 23 de abril de 1919, e a Rússia em 1920 escolheram o 1º de Maio para comemorar o Dia do Trabalhador;*-----

----- *Considerando ainda que o 1º de Maio é hoje conhecido em todo o mundo como o Dia do Trabalhador e considerando a proximidade desta efeméride e que a Assembleia de Freguesia de Arroios é o órgão deliberativo e representativo do povo desta autarquia;*-----

----- *A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida hoje, delibera saudar o 1º de Maio e por ocasião desta efeméride todos os trabalhadores da Freguesia, do País e do mundo.*” -----

----- Continuando, disse que no passado mês de janeiro pedira à Junta de Freguesia, através da Assembleia de Freguesia, que fossem fornecidas cópias das atas das reuniões do Executivo, as atas da Junta de Freguesia. Tal não tinha acontecido, tiveram uma resposta do Executivo e passados alguns dias saíram a público algumas notícias sobre a mesma recusa e achava estranho ter sido recusado, porque curiosamente havia um parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, em que um dos Vogais era Presidente de uma Junta de Freguesia de Lisboa, para além de ser Deputado à Assembleia da República, que considerava inequívoco as atas serem públicas.-----

----- Tinham passado dois meses, entretanto, cerca de duas semanas atrás, as atas foram publicadas em minuta no site da Freguesia. Acontecia que uma ata em minuta não tinha toda a informação que se entendia dever ser prestada aos cidadãos. -----

----- O PSD agradecia que a Junta de Freguesia considerasse essa posição e que fornecesse, tal como fora pedido no início do ano, as atas completas através de pdf ou papel. -----

----- **Membro Júlio Sequeira (CDS-PP)** disse que em 6 de fevereiro de 2015 tinha endereçado um requerimento à Senhora Presidente da Assembleia, que passava a ler: --

----- “Na qualidade de Membro eleito da Assembleia de Freguesia de Arroios pelo CDS-PP e na sequência de notícias veiculadas pela comunicação social e blogs, venho pela presente requerer, ao abrigo do artigo 17º, nº 1, alíneas d) e g) da Lei 169/99 de 18 de setembro, republicada pela Lei 75/2013 de 12 de setembro, e nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o envio de cópia de todas as atas da Junta de Freguesia de Arroios até à presente data e das que futuramente se venham a realizar. -----

----- Mais solicito que no caso das referidas atas conterem informação abrangida pela reserva de intimidade da vida privada, a identificação das pessoas deve ser rasurada, de acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, alínea b) nº 1, artigo 3º.”

----- No dia 10 de março, ultrapassado em muito o prazo de resposta e perante ausência da mesma, voltara a contactar a Senhora Presidente, que lhe respondera: “Dada a natureza de alguns assuntos tratados e considerando a sugestão por si efetuada, ficou decidido que as atas seriam reformuladas para publicação no sítio em linha da Junta”. -

----- No dia 18 de março recebera um novo e-mail a dizer: “De acordo com a informação prestada pela Secretária da Junta de Freguesia, brevemente serão disponibilizadas no sítio em linha da Freguesia as atas das reuniões do Executivo referentes ao ano 2015. Caso pretenda consultar as atas referentes a outros períodos deve indicar qual e quais os períodos que pretende, afim de que sejam retirados os elementos referentes a informações não consultáveis.” -----

----- Essa última parte soava-lhe a estranho, pelo que pedira de imediato para ser esclarecido sobre a natureza dos critérios usados para permitir retirar os elementos referentes a informações não consultáveis. A resposta era a que queria ouvir e fora tranquilizadora. Respondera a Senhora Presidente que: “O acesso aos documentos de administração pública estão regulamentados por Lei, pelo que os dados que não são consultáveis são os que decorrem da aplicação dessa mesma Lei.” -----

----- Finalmente, no passado dia 16 recebera um novo e-mail da Senhora Presidente: “Informo que as atas do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios referentes ao corrente ano já estão disponíveis no sítio em linha da Junta de Freguesia. Em relação às atas referentes aos anos anteriores, de 2013 e 2014, podem ser consultadas na sede da Junta de Freguesia, devendo para isso combinar com a Secretária da Junta, Ana Santos, o acesso às referidas atas.” -----

----- Consultado o sítio da Junta de Arroios, deparara com nove, *soi-disant*, atas em minuta que descreviam 97 propostas redigidas nesses termos, e citava apenas dois exemplos: -----

----- “Proposta 12/215 – Contratação de serviços de captação e edição de imagem, nos termos da proposta, aprovada por unanimidade; -----

----- Proposta 79/215 – Aquisição de sweatshirts no âmbito do evento da Páscoa em Movimento, nos termos da proposta aprovada por unanimidade.” -----

----- Disse que na formação das atas tinha sido sonogada toda a informação com relevo. Nelas não se encontrava o nome do fornecedor ou prestador de serviços, o valor do contrato ou a fundamentação do mesmo. Até a votação acabava por ser um elemento não



explícito, ou não se sabia quem participara nas reuniões. Não existia menção de presenças e as atas só estavam rubricadas pela Presidente e pela Secretária. -----

----- A atitude de não facultar documentos administrativos por parte do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios era inexplicável, por essa entidade se encontrar sujeita à Lei 46/2007 de 24 de agosto, Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, que dizia: “O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA. Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm o direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.” -----

----- A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos tinha numerosos pareceres publicados sobre Juntas de Freguesia que, em situações iguais ou semelhantes, concluíam sempre que a entidade requerida devia facultar o acesso aos documentos solicitados. Essa Comissão também admitia exclusões, como referia por exemplo no seu parecer 103/215, que passava a ler: -----

----- “A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica, ou outra forma material na posse dos órgãos e entidades referidas no artigo 4, ou detidos em seu nome, artigo 3º, nº 1 alínea a).-----

----- Como refere o acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo, para que um documento seja considerado documento administrativo para os efeitos da alínea a) do nº 1 do referido artigo 3º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com algumas das atividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, ou detidos em seu nome.-----

----- Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação. No entanto, o LADA identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:-----

----- a) Quando os documentos contenham acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, informação nominativa, nº5 do artigo 6º.-----

----- b) Quando os documentos contenham segredos de empresa.-----

----- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso, nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6º.

----- O direito de acesso à informação está ainda sujeito a limites ou restrições, para salvaguardar de outros bens constitucionalmente tutelares e direitos que com eles entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos de pessoas, à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado. ----

----- Considera-se nominativo o documento administrativo que contenha acerca da pessoa singular identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada.-----

----- Alínea b), nº 1, artigo 3º - São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, de vida sexual, convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais. -----

----- Nesta mesma perspetiva, dando a palavra ao Supremo Tribunal de Justiça de 28 de setembro de 2011, em decisão proferida no processo 22/09.6 e que citando o acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 31 de maio de 2006, o que se pretende abranger é tutelar e tutelar é apenas o núcleo duro da vida privada e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular, a vida familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do contexto e do conhecimento de outras pessoas.”-----

----- Disse que esse parecer tinha várias assinaturas, entre as quais destacava a de Pedro Delgado Alves, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, eleito pelo Partido

Socialista, Junta que exemplarmente divulgava os seus documentos, identificação de fornecedores, valores de contrato, fundamentação de propostas. -----

----- No fundo, tudo o que tinha sido retirado das atas sem se perceber o motivo, não estava abrangido pelas exceções da Lei. Ainda não queria acreditar que uma Junta como a de Arroios, tão vocacionada para a comunicação, com um orçamento mensal de dez mil euros em marketing e publicidade, com vários jornais e futuramente até com um canal de televisão, se recusasse a informar os seus fregueses do conteúdo das atas do Executivo, como determinava a Lei. -----

----- Nesse sentido, fazia um apelo ao bom senso, pedindo á Presidente da Junta de Freguesia de Arroios que cumprisse a Lei e desse acesso universal aos documentos da Junta. Afinal, como dizia a sabedoria popular, “quem não deve não teme”. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que era com satisfação que via uma grande quantidade de público na Assembleia. Era bastante reconfortante verificar que a participação tinha crescido e isso deixava-a bastante alegre. -----

----- Agradeceu a colaboração do Executivo da Junta de Freguesia na divulgação das sessões que se tinham feito e que se designaram por círculos de estudos políticos. Tinham por objetivo colaborar no desenvolvimento da literacia política dos fregueses de Arroios e tinha havido uma grande ajuda na divulgação e uma grande receptividade às propostas. Isso era algo que a deixava bastante grata. -----

----- Disse que queria apresentar uma saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio: -----

#### ----- **Saudação** -----

----- Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio -----

----- *“Há outro mundo na barriga deste esperando, que é um mundo diferente, diferente de parto difícil, não nasce facilmente, mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.*

----- *Hoje saudamos o 41º Aniversário do 25 de Abril e saudamos também o 1º de Maio que vai acontecer na sexta-feira.* -----

----- *Em nome do Bloco de Esquerda cumprimento e saúdo todas e todos os presentes e presto homenagem a todos aqueles que durante décadas resistiram das mais diversas formas, nalguns casos com a sua própria vida, na luta pela democracia e em defesa da liberdade.* -----

----- *Presto homenagem a todos os militares que estiveram envolvidos no 25 de Abril de 1974 e com empenhamento, abnegação, coragem e determinação contribuíram para o derrube da ditadura fascista e trouxeram esperança no futuro com dignidade para as portuguesas e para os portugueses.* -----

----- *Comemorar o 25 de Abril de 1974 significa a continuação do caminho da luta em defesa de direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa.* -----

----- *Comemorar o 25 de Abril de 1974 significa denunciar todas as injustiças e arbitrariedades que retiraram o direito à saúde, à segurança social, ao emprego, à escola pública, à justiça, à liberdade e à democracia.* -----

----- *Uma em cada três crianças vive em risco de pobreza e é muito elevado o número daqueles que chegam à escola com fome.* -----

----- *Há mais de meio milhão de portugueses e portuguesas sem emprego e sem acesso a qualquer tipo de apoio estatal.* -----

----- *A taxa real de desemprego atingiu 23,8%, o que significa que cerca de um milhão e duzentos mil portuguesas e portugueses se encontram nesta situação.* -----

----- *O desemprego dos jovens atingiu os 35% e está a subir ininterruptamente desde outubro de 2014.* -----

----- *O número de trabalhadoras e trabalhadores que ganham o salário mínimo nacional duplicou entre 2005 e 2014.* -----

----- A percentagem de população residente em risco de pobreza e de exclusão social tem vindo a aumentar, tendo abrangido 27,5% em 2013 e estimando o INE que tenha havido aumento em 2014.-----

----- A situação relativa aos idosos continua a agravar-se. Cerca de 600 mil estão desnutridos e apenas 21% tomam suplementos alimentares para compensar a falta de nutrientes. São muitas e muitos os que comem apenas um quarto do que deviam ter como refeição no seu prato.-----

----- Os idosos portugueses são dos mais pobres da Europa e a média das pensões está muito abaixo dos valores mínimos necessários para as despesas que têm que suportar.-----

----- A dívida pública estava nos 107,2% do PIB em 2011 e no final de março deste ano ultrapassou os 130%.-----

----- 41 anos depois do 25 de Abril de 1974 temos a democracia agrilhoadada pelas políticas da União Europeia e pelas imposições do Tratado Orçamental, colocando em causa o futuro das pessoas, do Estado e das suas funções sociais.-----

----- Em alternativa a este plano de destruição do Estado Social coloca-se a necessidade da reestruturação da dívida, em rutura com as políticas de austeridade e do Tratado Orçamental, como resposta urgente à crise social, ao investimento económico e ao emprego.-----

----- O sucesso que tem vindo a ser apregoado, quer pelo Primeiro-Ministro e governantes, quer pelo Presidente da República, com as medidas de austeridade que têm sido aplicadas, pode ser medido pelo agravamento do empobrecimento sentido nos últimos anos pela maioria das portuguesas e dos portugueses.-----

----- A Ministra das Finanças e o Primeiro-Ministro e outros governantes afirmaram ter os cofres cheios, o que representa uma provocação e uma injúria a todos aqueles que têm visto diminuídos os salários e as pensões, retirados apoios sociais, restringidos e anulados os seus direitos e também a todas e todos que se viram obrigados a emigrar para encontrar formas de sustento.-----

----- Passados poucos dias de afirmarem que tinham os cofres cheios anunciam o corte de 600 milhões nas pensões e o inevitável agravamento das condições de vida dos idosos, reformados e pensionistas.-----

----- Na última semana foi possível confirmar com observação de imagens a situação vivida em muitas urgências hospitalares. A reportagem trazida ao conhecimento do grande público ilustra de forma indelével a extrema gravidade que contraria aquilo que os governantes têm tentado justificar. Persistem e agravam-se enormes deficiências e debilidades que contrariam os mais elementares direitos à saúde. A falta de médicos, enfermeiros e outros profissionais, o amontoado de macas espalhadas pelos corredores, confirmam a ausência de camas necessárias e constata-se ainda a falta de artigos indispensáveis ao normal funcionamento das urgências hospitalares.-----

----- O caos verificado no início do ano escolar, em que alunos e familiares, professores e toda a comunidade educativa se viram confrontados com os problemas resultantes do atraso no normal funcionamento das escolas, assim como as debilidades e insuficiências no funcionamento dos tribunais, são outros dos exemplos que confirmam que muito está por fazer.-----

----- Trabalhadores dos transportes públicos e das autarquias locais, funcionários públicos, estudantes, professores e trabalhadores não docentes das escolas públicas, agricultores, aposentados e reformados, entre muitas e muitos portugueses dos vários setores de atividade, prosseguem das mais diversas formas as suas lutas em defesa de direitos alcançados, acreditando num presente e num futuro com dignidade.-----

----- No presente ano teremos oportunidade de encontrar respostas e soluções necessárias e indispensáveis para inverter o rumo dos acontecimentos. Saibamos pois fazer escolhas que contribuam para um futuro com dignidade e justiça social. -----

----- Apenas persistindo na defesa dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa será possível concretizar o que em 25 de Abril de 1974 acreditámos ser possível obter e festejar o 1º de Maio, o Dia do Trabalhador. ----

----- É neste contexto social que comemoramos o 41º Aniversário do 25 de Abril, revolução da liberdade e da luta por uma vida melhor e mais digna, e vamos comemorar o 1º de Maio. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida a 29 de abril de 2015, apela aos cidadãos da Freguesia, do Concelho, do Distrito e do País que encham as ruas e as praças das cidades de Portugal no próximo 1º de Maio, na luta pelos direitos, com convicção e coragem, pela defesa das conquistas de Abril, pelo progresso e desenvolvimento, pelo respeito por quem trabalha e por quem trabalhou uma vida inteira, por um futuro melhor para todos. -----

----- O mais poderoso é o povo que supera e vence as limitações, enfrenta as terríveis condições da vida e marcha em frente para o futuro.”-----

----- **Membro Vítor Carvalho (PS)** disse que, tal como a Membro Beatriz Dias, se congratulava pelo facto de terem bastantes pessoas na audiência, o que era de registar.

----- Informou que o PS tinha para apresentar uma moção e um protesto: -----

#### ----- **Moção** -----

----- COMEMORAR O 40º ANIVERSÁRIO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES LIVRES EM PORTUGAL-----

----- “Comemorou-se no passado dia 25 de abril os 40 anos das primeiras eleições livres com recurso ao sufrágio direto e universal realizadas no nosso país e também as primeiras eleições após a revolução de 25 de abril de 1974 que instaurou a democracia e a liberdade no nosso país. -----

----- No dia 25 de abril de 1975— precisamente um ano após a “Revolução dos Cravos” - cerca de 92% dos eleitores inscritos exerceram o seu direito de voto, naquela que foi, até hoje, a maior participação de sempre em atos eleitorais, a fim de elegerem os 250 deputados da Assembleia Constituinte. -----

----- O principal objetivo deste ato eleitoral foi a eleição de uma Assembleia com o fim de redigir uma nova Constituição para substituir a do regime do Estado Novo - a Constituição de 1933 – tendo o Partido Socialista sido a força política mais votada com 38% dos votos a que corresponderam 116 deputados. -----

----- A Assembleia Constituinte entrou em funções em 2 de junho de 1975 tendo sido dissolvida em 2 de abril de 1976, data da aprovação final global da “Constituição da República Portuguesa de 1976” que entrou em vigor logo no mesmo mês. -----

----- A eleição, no prazo de um ano, de uma Assembleia Constituinte foi um dos mais solenes compromissos do programa do Movimento das Forças Armadas, que derrubou a ditadura.-----

----- De facto, no capítulo das “Medidas Imediatas” do programa do MFA, referia-se na sua alínea a): “A destituição imediata do Presidente da República e do atual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal direto e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório”. -----

----- Sendo o exercício do ato de votar a expressão mais democrática através da qual o cidadão exerce a sua opinião e sendo aquele um dos direitos mais importantes conquistados pela revolução de abril pois não existe representação política sem eleição,

*nunca é de mais lembrar o quão indispensável se torna que cada cidadão não se demita das suas responsabilidades cívicas, sendo o voto uma das mais importantes. ---*

*----- Perante o exposto, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que esta Assembleia, reunida no dia 29 de abril de 2015, delibere:---*

*----- 1 — saudar todos os partidos políticos e os deputados eleitos em 25 de abril de 1975, pelo patriótico contributo que deram ao nosso país; -----*

*----- 2 — congratular-se pela elevada participação e pelo democrático civismo com que decorreu o ato eleitoral de há 40 anos atrás; -----*

*----- 3 — apelar a todas as forças políticas, com especial destaque para aquelas que estão representadas na Assembleia da República, no sentido de dignificarem a nobre tarefa para a qual foram eleitas, de respeitarem os compromissos assumidos perante os eleitores, de contribuírem para a credibilização da arte de exercer a política e de transmitirem a indispensável confiança aos cidadãos para que estes acreditem que o voto é seguramente “a arma do povo”. -----*

*----- Depois de aprovada, esta moção devera ser enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República e a todos os partidos políticos com representação parlamentar. -----*

*----- Assembleia de Freguesia de Arroios, aos 29 de abril de 2015 -----*

*----- O Grupo do Partido Socialista” -----*

#### **Protesto**

*----- “Na última sessão desta Assembleia, realizada no dia 18 de dezembro de 2014, no ponto 5 — “Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano — Plano de Atividades e Orçamento de 2015 (Receita/Despesa/PPI)”, o membro eleito pelo CDS PP, Júlio Sequeira, a pretexto do orçamento apresentado pelo Executivo desta freguesia, teceu algumas considerações sobre os governos chefiados pelo Partido Socialista, em geral, e sobre a gestão das contas públicas feita pelo Executivo de Arroios, em particular. -----*

*----- Assim, a propósito do orçamento apresentado pelo Executivo de Arroios, foi mencionado por este membro do CDS-PP o seguinte: “o Orçamento apresentado era um orçamento socialista. Não dizia nos termos ideológicos do socialismo, porque o PS já havia muito tempo que esquecerá isso, mas era um socialismo a que habituaram nos últimos tempos, baseado em negócios, o socialismo que levava a três bancarrotas em Portugal”. -----*

*----- Com esta afirmação, subentende-se que o maior partido de esquerda em Portugal não sabe governar e que os partidos de direita, em particular o partido do autor da afirmação - o CDS-PP - sabem fazê-lo e governam bem, tanto que nunca levaram o país à bancarrota. -----*

*----- Em abono da verdade, é preciso recordar, em primeiro lugar, que Portugal já teve muitos governos, muitos governantes e até muitos sistemas de governo, desde a monarquia, passando pela 1ª República, pelo Estado Novo até à democracia e que a sua economia, como é do conhecimento de todos, sempre foi fraca, no sentido de pouco produtiva, com falta de competitividade, muito dependente dos financiamentos (ou créditos) externos. -----*

*----- Desta forma, as crises internacionais, que geram desconfiança nos mercados financeiros, têm sempre repercussões muitíssimo mais graves em Portugal. -----*

*----- Os Governos — todos sem exceção - têm falhado, sim, no que respeita ao robustecimento da economia portuguesa, no esforço para a tornar mais competitiva e menos dependente do crédito externo. -----*

*----- E o Partido Socialista, há que assumi-lo, tem também a sua quota de responsabilidade neste particular. -----*

----- Mas há aqueles que assumem as suas responsabilidades e procuram corrigir os erros cometidos e há aqueles que sacodem a água do capote e que, por isso, estão mais próximos de cometer os mesmos erros. -----

----- Senão vejamos: -----

----- Em 1983, Portugal celebrou o segundo acordo de “stand-by” com o Fundo Monetário Internacional, pois a situação económica de então - nacional e mundial - era ainda mais grave do que a de 1977-1978, que havia levado ao primeiro acordo com o FMI. -----

----- Nesse ano de 1983, foi o IX Governo Constitucional que havia tomado posse em junho desse ano tendo por base uma coligação entre o PS e o PSD - o chamado Bloco Central - quem assinou o acordo com o FMI. O Primeiro-Ministro era então Mário Soares e o Vice-primeiro-ministro era, é bom não esquecer, primeiro Carlos Mota Pinto e mais tarde Rui Machete, atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, ambos do PSD. -

----- Mas quais foram os Governos anteriores responsáveis pela situação de bancarrota encontrada em 1983, utilizando a linha de raciocínio e as palavras do orador, a que nos referimos? -----

----- Foram eles, nem mais menos que o VIII Governo Constitucional, tendo por base uma coligação entre o PSD, o CDS e o PPM — a Aliança Democrática - que tomou posse em setembro de 1981 e cujo Primeiro-Ministro era Francisco Pinto Balsemão, Presidente do PSD, enquanto o Vice-primeiro-ministro era o representante do então CDS - Centro Democrático Social, o mesmo partido do membro Júlio Sequeira. -----

----- Foram eles ainda o VII Governo Constitucional, tendo por base a mesma coligação, que tomou posse em janeiro de 1981 tendo terminado o seu mandato em setembro do mesmo ano e que teve como Primeiro-Ministro o mesmo Francisco Pinto Balsemão e como Ministro de Estado o representante do então CDS – Centro Democrático Social, o mesmo partido do membro Júlio Sequeira. -----

----- E, finalmente, foram eles ainda o VI Governo Constitucional, tendo por base a mesma coligação “Aliança Democrática” que tomou posse em janeiro de 1980 tendo terminado o seu mandato em dezembro do mesmo ano e que teve como Primeiro Ministro Francisco Sá Carneiro, Presidente do PSD, enquanto o Vice-primeiro ministro era o representante do então CDS - Centro Democrático Social, o mesmo partido do membro Júlio Sequeira. -----

----- Perante isto, meus senhores e minhas senhoras, estamos esclarecidos quanto às responsabilidades das bancarrotas em Portugal e, esperamos, reposta à verdade histórica. -----

----- Finalmente, sobre a rubrica aquisição de serviços apresentada no orçamento pelo Executivo desta freguesia, refere o membro do CDS-PP, Júlio Sequeira: “Era um Orçamento que tinha 42% relacionado com pessoal, 33% para bens e serviços, 1,2 milhões em aquisição de serviços como se os 42% com pessoal não servissem para colmatar todos os serviços da Freguesia e ainda tinham que gastar mais 1,2 milhões, sabia-se lá a quem”. -----

----- E mais à frente remata afirmando que se estava: “Perante um Orçamento que não era feito para as pessoas, pelo menos para as que mais precisavam, mas que era feito com outros intuitos”. -----

----- Trata-se de afirmações que consideramos difamatórias, caluniosas e injuriosas, pelo que delas se pretende insinuar e que até poderíamos deixar passar, não fosse estar em causa a gestão dos dinheiros públicos e a honorabilidade de quem os gere. -----

----- Perante tudo o que acabamos de dizer, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios não querem deixar de manifestar o seu mais veemente protesto pela intervenção do membro eleito pelo CDS-PP, Júlio Sequeira. ---

----- Assembleia de Freguesia de Arroios, aos 29 de abril de 2015 -----  
 ----- O Grupo do Partido Socialista ” -----  
 ----- **Membro Ana Mirra (PCP)** apresentou uma moção: -----  
 ----- **Moção** -----  
 ----- EM DEFESA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS, MUDAR DE POLÍTICA,  
 COMBATER A PRIVATIZAÇÃO! -----  
 ----- “Considerando que: -----  
 ----- Os últimos cinco anos se caracterizaram por uma profunda degradação da  
 qualidade e fiabilidade da oferta de transportes públicos; -----  
 ----- A política para os transportes assumiu como eixo estratégico a criação de  
 condições para privatizar o sector, custasse o que custasse, o que implicou o maior  
 aumento de sempre no preço dos transportes públicos, a maior redução da oferta de  
 sempre e uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e reformados das empresas  
 públicas de transporte; -----  
 ----- Neste período se reduziram os salários, se despediram trabalhadores, se  
 congelaram os investimentos e se cortou na manutenção e ao mesmo tempo, se pagaram  
 as apostas especulativas com as designadas swaps e se garantiu o pagamento crescente  
 de juros, ou seja, a prioridade foi claramente a criação de condições para privatizar e  
 garantir as rendas dos bancos e demais especuladores; -----  
 ----- Se torna evidente a necessidade de mudar de política e inverter as respetivas  
 prioridades, que no caso dos transportes públicos devem ser orientadas para promover  
 a sua crescente utilização — com ganhos ambientais, económicos e sociais amplamente  
 reconhecidos — através de uma política de preços atrativa, da crescente  
 intermodalidade da bilhética, do reforço da fiabilidade e qualidade do serviço, e de uma  
 oferta adequada às necessidades; -----  
 ----- É do interesse geral da sociedade o abandono da obsessão neoliberal de tudo  
 entregar aos interesses do lucro característicos do sector privado, o que como está  
 demonstrado pela realidade, se traduz sempre em custos acrescidos para o Estado, a  
 par de prejuízos diversos para os trabalhadores e utentes; -----  
 ----- Para permitir essa urgente mudança de políticas é fundamental travar o processo  
 em curso de reestruturação da Carris e do Metro, que assenta na privatização da  
 exploração comercial dos transportes públicos e de diversas outras componentes da  
 operação destas empresas. -----  
 ----- As eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de  
 Freguesia de Arroios, reunida em 29 de Abril de 2015, delibere: -----  
 ----- 1. Exigir o imediato cancelamento do processo de reestruturação em curso nestas  
 empresas e das privatizações aí incluídas; -----  
 ----- 2. Exigir que o governo cancele de imediato os concursos para a subconcessão da  
 Carris e do Metro de Lisboa; -----  
 ----- 3. Contestar a separação dos Elétricos, Ascensores e Elevadores do Serviço  
 Público de Transportes, com a intenção de que se destinem estes meios de transporte,  
 em exclusivo ao sector turístico, a sua integração na CarrisTur, o processo anunciado  
 de privatização da CarrisTur, empresa rentável do sector; -----  
 ----- 4. Contestar a divisão do Metropolitano de Lisboa em três: Infraestrutura,  
 manutenção e exploração comercial, com as duas últimas destinadas à privatização; --  
 ----- 5. Contestar a Parceria Público Privada em preparação para a Carris e o Metro,  
 com o sector público a ficar com todas as despesas, juros, investimentos, pagamento de  
 uma renda aos privados) e o sector privado a receber rendas garantidas, ficando ainda  
 com condições para lhe permitir futuros negócios em situação de vantagem; -----

----- 6. *Contestar as implicações para os utentes, incorporadas nos Cadernos de Encargos já conhecidos, pois não só se pretende manter a brutal redução da oferta e o gravoso aumento de preços, como se criam todas as condições para o envelhecimento das frotas, que dessa forma estarão grandemente desgastadas no final do prazo das concessões, passando assim a possibilidade de renovação a ser garantida unicamente através do aumento anual de preços;*-----

----- 7. *Contestar o aumento de impostos que viabilizará mais esta PPP, com o governo a querer impor a aplicação de novas taxas e impostos municipais para financiar os pagamentos a realizar aos operadores privados;*-----

----- 8. *Denunciar o aumento brutal de encargos para o Estado que estas PPP's representariam, pois ao contrário daquilo que o Governo faz crer parecer, as Parcerias Público Privadas para a exploração comercial do Metro de Lisboa e da Carris implicarão para o Estado um volume de compromissos financeiros muito superiores aos que hoje assume;*-----

----- 9. *Considerar lamentável que o Governo tenha ordenado uma campanha publicitária de promoção da marca «Transportes de Lisboa», num momento em que os utentes sofrem as consequências dos cortes impostos pelo mesmo governo nas despesas com manutenção e pessoal das empresas, o que está a provocar supressões e atrasos sucessivos;*-----

----- 10. *Remeter a presente moção para:*-----

----- 1º Ministro;-----

----- Conselho Metropolitano de Lisboa;-----

----- Câmara Municipal de Lisboa;-----

----- Comissões de Trabalhadores das duas Empresas (Carris e Metro).-----

----- As eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia de Arroios

----- Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra.”-----

----- **Membro Júlio Sequeira (CDS-PP)** agradeceu ao PS o destaque que dava ao CDS.

----- Não ia entrar em considerações históricas, porque o PS faria a sua interpretação da mesma, assim como o CDS a fazia. No entanto, gostava que quando o citassem não escondessem um parágrafo. O parágrafo que estava escondido na citação dizia o seguinte: “O Orçamento era socialista mas não era social, porque o valor que estava alocado à ação social era inferior a 5% e estavam numa Freguesia que tinha o maior número de sem-abrigo existente em Lisboa, tinha zonas carenciadas. O CDS tinha feito uma proposta para que fosse incluído um fundo social de Freguesia no valor de 5% do Orçamento e que fora liminarmente recusado pelo Executivo.”-----

----- Reposta a citação, quanto ao resto subscrevia tudo o que tinha sido dito.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que as saudações não eram votadas. O que a Mesa deliberara era que as saudações eram aceites e publicadas no sítio em linha da Junta de Freguesia.-----

----- Seguidamente, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Lutar Por Abril Para uma Vida Melhor”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**-----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Lutar Por Abril Para uma Vida Melhor”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor de PS (9), PCP (2), BE (1) e PAN (1) e 6 votos contra do PSD (5) e CDS-PP (1).-----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Lutar Por Abril Para uma Vida Melhor”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**-----



----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção “Lutar Por Abril Para uma Vida Melhor”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Continuando, submeteu à votação a **Moção “Comemorar o 40º Aniversário das Primeiras Eleições Livres em Portugal”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Em defesa dos transportes Públicos, Mudar de Política, Combater a Privatização”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor de PS (4), PCP (2) e BE (1), 6 votos contra de PSD (5) e CDS-PP (1) e 6 abstenções de PS (5) e PAN (1) -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação sobre “Sessões Ordinárias da Assembleia de Freguesia”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **A Secretária do Executivo, Ana Santos**, disse que lhe cabia a si responder à questão colocada pelo Membro Júlio Sequeira, e que este protagonizara um momento de autêntica Assembleia da República, ou seja, tinha feito de uma coisa que estava resolvida um facto que até colocara os seus colegas do PS da Assembleia a olharem para si, como se tivesse dito uma coisa numa reunião anterior e agora estarem a ser confrontados com uma situação de opacidade que não existia. O que tinha acontecido eram os factos que relatara, o pedido da disponibilidade das atas das reuniões do Executivo e as respostas dadas ao mesmo. Como estavam numa fase de aprender as boas práticas existentes foram pesquisar e descobriram que só duas Juntas de Freguesia tinham as atas *online*, Carnide e Lumiar. Em Arroios ainda não tinham adotado essa opção, porque efetivamente os desafios colocados diariamente eram imensos e aquela não tinha sido a sua primeira prioridade. Lamentou que na Assembleia toda a gente fosse dizer mal e apontar o dedo e não fosse lá ninguém com honestidade política dizer que tinham feito alguma coisa bem, mas a realidade era aquela, havia que se defender e sobretudo dizer a verdade. -----

----- A preocupação era responder e lembrar que mensalmente nas reuniões públicas, onde os fregueses se faziam representar eram aprovadas as propostas levadas à reunião onde constava com o nome, os valores, as empresas. Tudo era feito de forma transparente. -----

----- O trabalho interno tinha sido decidir o faseamento das duas questões. Uma era que em 2015 tinham as atas todas prontas a disponibilizar tendo sido dito em 16 de abril que as atas de 2013 e 2014 estavam disponíveis para consulta. Neste momento podia afirmar que estava um dossier com atas fotocopiadas para quem quisesse consultar. Sabia que juridicamente até podiam levar dinheiro para as autenticar, mas não queriam fazer isso e dar a possibilidade a quem quisesse, de qualquer bancada, levar a informação que achasse pertinente. A outra decisão foi que a partir de 2015, uma vez que tinham o site, colocar online a informação. -----

----- Para a boa execução deste trabalho, em fevereiro tinham tido duas colegas do secretariado a receber formação em gestão autárquica. Para o efeito, a Junta contratou uma técnica conceituada para este tipo de formação, a qual se deslocou à Junta para dar formação. A questão das atas foi um dos temas da formação, tendo a formadora sugerido para um modelo mais simples a disponibilizar *online* (ata minuta), desta forma era mais fácil no dia imediatamente a seguir à reunião colocar a informação *online*. -----

----- Isso não invalidava que qualquer dos senhores se dirigisse à Junta para ver uma ata. Podia acontecer demorar de um dia para o outro porque em processos que envolvam o nome do funcionário era necessário cortar o nome. Estava a lembrar-se de três questões ocorridas aquando da leitura das atas: o valor que se dera a uma pessoa sem abrigo, a

outra tinha a ver com uma sanção de repreensão escrita e a outra tinha a ver com a necessidade de cessar um contrato CEI por questões de litígio. Eram só esses casos, o resto estava perfeitamente acessível. -----

----- Tinha muito pena que ninguém tivesse ido antes da Assembleia procurar as atas porque isso seria interessante. O trabalho estava feito e o que o Membro Júlio Sequeira fizera era mostrar a toda a gente que estavam a sonegar informação, o que era mentira.

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da Ata nº 7 da sessão anterior;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 7**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 2 abstenções do PSD, por não terem estado presentes na sessão anterior, e restantes 17 votos a favor: PS (9), PCP (2), BE (1), PSD (3), PAN (1) e CDS-PP (1). -----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Arroios;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que os membros tinham toda a informação que receberam antecipadamente, tanto por e-mail como por documentação. Por isso não iria estar a dissertar sobre o que estava escrito e as pessoas que fizessem as perguntas que entendessem a esse propósito. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que sobre essa Informação Escrita tinha algumas questões e uma delas tinha a ver com o projeto “Nova Vida”. Pela Informação tomara-se conhecimento que a Junta de Freguesia de Arroios tinha apresentado um projeto e seria bom que o mesmo fosse dado a conhecer aos Membros da Assembleia, para saberem como seria o seu funcionamento, os recursos e quem financiava o quê. ---

----- Também se verificara que mais uma vez não estava na Informação qualquer posição e ações tomadas pela Junta sobre a Colina de Santana, assunto que o PCP considerava muito importante para a Freguesia, pelas consequências que daí podiam advir. -----

----- Sobre a área do licenciamento recomendava que a ocupação dos espaços públicos fosse feita de forma a não afetar a livre circulação das pessoas. Aproximava-se o verão, havia uma tendência para aparecerem pedidos de esplanadas e os eventos aumentavam. Portanto, o PCP recomendava que houvesse rigor, nomeadamente na fiscalização adequada depois a esses espaços. -----

----- Quanto a marketing e comunicação, sobre o projeto Arroios TV importava saber se os custos a ele associados justificavam ou não a sua implementação, tendo em conta a mais-valia que pudesse levar à população. Verificavam-se custos elevados, pelo que questionava se eram justificados. Isso porque ainda não tinham nota que isso pudesse criar mais qualidade de vida, por exemplo mais emprego, produzir mais turismo ou não.

----- Também questionava a opção de pôr pendões espalhados pela Freguesia, que iam mudando conforme os eventos. Eram bonitos, eram agradáveis, tinham desenhos bastante bonitos, mas perguntava se eram necessários. -----

----- Quanto ao site, tinha consultado algumas vezes e considerava-o bem melhor, estava com uma nova visualização e tinha vária informação. No entanto, quando pretendia consultar os documentos, tentara abrir as últimas moções do PCP e do PS e conseguira abrir, mas não tinha conseguido abrir as mais antigas. Não sabia se haveria algum problema, pensava não ser do seu computador e, portanto, seria bom verificarem isso. -

----- No documento referia-se a Escola EB1 nº26, quando deveria ser Sampaio Garrido.

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que começava por realçar alguns aspetos positivos, porque havia aspetos que melhoraram bastante desde o início do mandato. Parecia que a Freguesia tinha alterado a forma como por exemplo estava a ser feita a recolha do lixo, como estava a ser feita a recuperação de algumas ruas, mas essas melhorias que podiam ser verificadas em algumas zonas não eram verificadas em todas. Percebia o esforço que estava a ser feito, percebia que a dimensão da Freguesia era

bastante grande e a área a abranger era bastante grande, mas continuava a haver uma diferença considerável entre o que era a anterior Freguesia de Anjos e toda a parte que estava mais associada ao polo do Saldanha. Continuava a encontrar uma Freguesia a duas velocidades, uma mais limpa e mais arranjada, com menos buracos e mais ajardinada, com os ecopontos limpos, outra parte que continuava a ter bastantes dificuldades ainda, com ruas bastante sujas, mais buracos.-----

----- Percebia que o investimento estava a ser feito de uma forma generalizada e acreditava que assim fosse feito, mas essa desigualdade mantinha-se e estavam a meio do segundo ano do mandato, pelo que seria bastante positivo verificar que o investimento feito em toda a área da Freguesia seria no sentido de aumentar a igualdade. Lembrava-se sempre do lema da Freguesia, “Arroios um lugar desejado” e percebia que nalguns locais fosse bastante desejado e noutras não tanto. -----

----- Embora se verificassem melhorias que eram constatáveis em vários aspetos, parecia haver ainda um trabalho a ser feito de modo a tornar mais homogénea a intervenção na Freguesia e era importante cuidar disso. -----

----- Relativamente à Informação Escrita da Presidente, gostava que fosse mais clara na leitura do documento, principalmente no BIP/ZIP, se os objetivos foram cumpridos. Era relatado que sim, mas gostava de compreender em que medida esses objetivos tinham realmente sido cumpridos. Pensava na integração cultural. Viviam numa Freguesia com uma grande diversidade de nacionalidades e era muito vantajoso perceber-se em que medida a integração dessas comunidades estava a ser efetivamente conseguida. -----

----- Considerava positivos os eventos que aconteceram e considerava também bastante positiva a interação que acabara por acontecer entre todos os fregueses, aqueles que chegaram de outros países e escolheram Arroios para viver e outros que viviam noutras Freguesias de Lisboa e também escolheram Arroios para viver. Era importante perceber como essa realidade de Arroios estava a ser consubstanciada na vivência dessas populações. Não conseguia entender esse resultado a partir da leitura da Informação Escrita da Presidente. -----

----- Outro aspeto também relevante tinha a ver com uma clara distinção entre o público que frequentava a Biblioteca de São Lázaro. Para si os números eram bastante entusiasmantes, via-se um aumento efetivo de leitores e requisições ao longo do ano de 2015, comparado com 2013 e 2014 a diferença era notória. No entanto, relativamente ao Centro de Leitura Clodomiro Alvarenga havia uma informação bastante reduzida. Era importante ver os indicadores nesses dois espaços da Junta de Freguesia e perceber o que poderia ser melhorado. Perceber se a Biblioteca de São Lázaro estava a florescer e tinha mais utentes e mais requisições, se isso não acontecia no outro espaço da Junta, perceber qual era a diferença e que estratégia aplicar para que esse espaço também pudesse servir a população com a mesma eficácia. -----

----- Outra situação tinha a ver com a administração pública e com algumas das questões que o BE levava à Assembleia, a contratação de trabalhadores no regime CEI e CEI Mais e trabalhadores com regime de recibos verdes. Era importante como medida a levar à Freguesia, vanguardista, e que em muitos aspetos era bastante elogiada na sua atuação, torná-la muito mais democrática nesse aspeto. -----

----- Um desafio que lançava ao Executivo era que encontrasse uma estratégia para tornar a precariedade do trabalho zero na Freguesia. Esse era um aspeto importante, tinha que se tornar uma medida central da atuação, uma Freguesia que se tornasse modelo para as outras a defender os direitos dos trabalhadores e o trabalho com direitos.

----- Quando estavam na altura do 1º de Maio, embora não fosse da Informação da Presidente, era importante pensarem nisso. Podiam tornar-se exemplos em várias coisas

e dar exemplos de democracia e de combate à precariedade. Arroios podia ocupar esse espaço. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que acabava por abreviar porque a Membro Beatriz Dias tinha dito parte das coisas que queria dizer. -----

----- Na questão da higiene urbana continuava a afirmar que a varredura das ruas era notoriamente insuficiente, especialmente nas ruas de fronteira com outras Freguesias. Acreditava que o problema se pudesse dever à nova forma de organização, à fusão e à passagem da função para as competências da Junta, deixando assim de ser feita uma limpeza das ruas como um todo. Havia umas barreiras, ou da falta de coordenação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, ainda havia uma insuficiência. Em zonas como a ex Freguesia da Pena testemunhava-se que algumas ruas eram varridas até metade e tornando-as lixeiras a céu aberto, desde dejetos humanos a seringas. -----

----- Tinha observado que a CML estava muito empenhada contra os *graffitis* e lá estavam com a máquina a limpar a muralha fernandina. Era pena que não houvesse também essa opção na limpeza daquelas ruas mais escondidas, em que voltava a salientar que, além dos dejetos, havia mesmo seringas onde se passava com crianças, com animais, etc. Não sabia bem de quem era a competência, provavelmente da Câmara, mas havia ruas onde não havia papeleiras para recolher o lixo pequeno. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que por acaso até estava ali pessoal da higiene urbana a assistir à Assembleia, o que era bom para que tivessem noção daquilo que os Membros da Assembleia pensavam, e podia dizer que a Freguesia era um todo. A Freguesia não era São Jorge de Arroios por ser mais chique, ou a Pena por ter mais palácios, ou os Anjos por ter o Bairro das Colónias. A Freguesia era um todo, dividida por cantões e, desde o pessoal que fora da Câmara, tinham mais 16 funcionários. -----

----- Só não via quem não queria, porque em todos os cantões, a todas as horas de serviço viam-se pessoas na rua a trabalhar. -----

----- Nessa área havia um encarregado geral, mais um encarregado no polo do Largo do Mastro e dois encarregados no polo da Aquiles Monteverde, que era o sítio onde havia mais pessoal e trabalhavam de noite para lavar as ruas. -----

----- As ruas da Freguesia nunca tinham estado tão limpas e tão lavadas no seu todo como atualmente, tanto nos Anjos, como na Pena, como em São Jorge de Arroios. Não havia diferença nenhuma. As pessoas eram educadas, aceitavam as propostas que os fregueses lhes pediam, mas a Junta não tinha culpa que os cidadãos de Lisboa, infelizmente, atirassem tudo para a rua a qualquer hora. Muitos moravam na Freguesia e sabiam que de domingo para segunda não havia recolha de lixo e punham sacos de plástico nos canteiros das flores. -----

----- Havia equipas à segunda-feira, que a Junta não tinha obrigação disso mas era por uma questão de higiene, que andavam a recolher todo o material, homens e mulheres que louvava, aquilo que os fregueses metiam indevidamente. Não tinham uma Freguesia a três tempos, tinham a mesma Freguesia e só não via quem não queria. -----

----- Sobre os monos, eram recolhidos muitas vezes pela Junta e era a Câmara que devia fazer, quando as pessoas deviam telefonar e marcar para a recolha dos monos. Em relação às papeleiras, teria que se pedir à Câmara Municipal para pôr mais papeleiras em alguns sítios, mas os Membros da Assembleia podiam ir ao portal “A Minha Rua” e informar a Junta por escrito, que muitos fregueses faziam e eram reencaminhadas essas situações todos os dias, pedindo à Câmara para tomar uma atitude em relação a essas situações. -----

----- Havia uma relação diária entre o serviço de higiene urbana da Câmara e o serviço da Junta de Freguesia, que trabalhavam em conjunto. Doía profundamente que se dissesse mal dos funcionários, que não trabalhavam, que não faziam. Eram trabalhadores

bastante empenhados e estavam muitas pessoas na Assembleia que viviam na Freguesia e podiam falar sobre o assunto. -----

----- Esclareceu que o projeto “Nova Vida” era um projeto da Junta de Freguesia de Arroios em que havia pessoas a apoiar pessoas sem-abrigo durante a noite e sentia-se que era manifestamente insuficiente. Trabalhavam com o Centro de Apoio Social de São Jorge de Arroios, mas tiveram uma reunião com a Misericórdia e com o Vereador João Afonso e estavam em conjunto a lançar um projeto em que iam ter as equipas por conta da Junta de Freguesia a trabalhar duas vezes por semana, a passar e a sensibilizar. Não se podia pegar nas pessoas e obrigá-las como se fossem um fardo, tinham que se sensibilizar para levar aos sítios. Tinha que trabalhar com todas as entidades para que as pessoas fossem encaminhadas, tinha que haver uma atitude de proatividade e a carrinha seria para isso mesmo, para levar as pessoas e tentar que elas quisessem ser tratadas. -----

----- Cerca de 30% das pessoas que estavam nas ruas eram pessoas com problemas graves do foro psicológico, que dificilmente se conseguiam tirar da rua, mas tinham que tentar com essas equipas e o projeto “Nova Vida” era para isso mesmo, um projeto da Junta de Freguesia mas que tinha de colaborar com todas as entidades, fosse a Misericórdia, a Segurança Social, o Hospital Júlio de Matos, que tinha um departamento nessa área. Tinha que trabalhar todos em conjunto. -----

----- Podia dizer que muitas das vezes conseguia-se levar as pessoas aos hospitais e não as deixavam lá ficar, ou porque não pertenciam à zona, por isso ou por aquilo. Era necessário fazer um trabalho com todas as entidades e o financiamento seria da Junta de Freguesia. -----

----- Quanto à Colina de Santana, tinha havido algumas reuniões com diversas entidades sobre a Colina e desde o ano anterior não tiveram mais nenhuma reunião, estava à espera que todas as entidades se reunissem e dissessem o que iria acontecer na Colina. Pelo andar que estava, deviam ainda morrer sem acontecer nada. Era pena porque estavam a perder imensa gente na Colina de Santana, cada vez menos pessoas a morar, as casas bastante degradadas e era pena que não fosse recuperada uma grande parte do espaço. -

----- Sobre o licenciamento, tinham uma equipa a trabalhar diariamente e para ajuda aos comerciantes por causa das esplanadas, da mobilidade, estava um arquiteto que ajudava no licenciamento todos os comerciantes. A Junta estava a ajudar gratuitamente todos os comerciantes que precisassem, porque era muito mais importante dar um tratamento à Freguesia para que as pessoas gostassem de lá viver. Um técnico podia ajudar porque muitas vezes eram pequenos comércio e as pessoas não tinham capacidade para gastar dinheiro nesse tipo de envolvimento e a Junta, além do licenciamento, estava a ajudar os pequenos comerciantes para essas situações. -----

----- Quanto à fiscalização, isso era com a Câmara Municipal e com a Polícia Municipal. Um dos grandes problemas era a questão da mobilidade, que a afetava bastante e devia afetar toda a população da Freguesia de Arroios. Havia carros em todo o sítio onde não deviam estar e tinham que chamar à atenção da Polícia Municipal e das entidades competentes. No entanto, por muito que as coisas não estivessem bem, a Junta de Freguesia não tinha poder e tinha que sensibilizar a Polícia Municipal para ir aos sítios. -----

----- Sobre os pendões, no fundo queriam criar uma pertença, que as pessoas se identificassem, que gostassem de viver na Freguesia, que Arroios fosse um lugar desejado. Era nesse sentido, as pessoas sentirem que pertenciam àquele local, que era o seu território, a sua terra. Falavam isso nas escolas e era muito identificativo. Era no fundo dar um reconhecimento, uma alegria e uma pertença à localização, contribuindo também para um sentimento de orgulho. -----

----- Havia cuidado com as árvores, com os passeios, com todas as situações. Uma série de valências passara da Câmara para a Junta e havia imenso cuidado. Eram reuniões quase diárias com a Unidade de Intervenção Territorial ou com outras entidades sobre todos os problemas e desde os comerciantes, desde os empresários, toda a gente recorria à Junta para fazer elo de ligação com a Câmara Municipal e trabalhava-se muito bem sobre essa área. Os fregueses que pediam ajuda à Junta sabiam que a resposta da Câmara era reencaminhada, fosse de que serviço fosse. Podia dizer porque era quem fazia, não era nenhum funcionário. Respondia ao e-mail geral e respondia ao seu e-mail particular de Presidente e, portanto, sabia aquilo que estavam diariamente a trabalhar e agradecia a toda a equipa o trabalho que era feito. -----

----- Quanto ao BIP/ZIP, era um projeto feito com a CML, um projeto de inclusão. Só na festa sobre o Bangladesh tinham aparecido mais de duas mil pessoas porque pela primeira vez tinham sido bem tratadas, pela primeira vez sentiam que faziam também parte do território. -----

----- Queria-se que as pessoas tivessem as regras de higiene, de segurança, de vida, que os seus filhos fossem à escola. Era nesse sentido, eles sentirem que pertenciam ali. Ainda no dia anterior tinha estado numa conferência organizada pela SIC e pela Visão e o que as pessoas sentiram mais era que realmente Arroios era um território de inclusão, um território que queria unir todas as pessoas e não pela zanga, não pela forma de maltratar, não pela hostilidade, mas sensibilizar as pessoas para que Arroios fosse um local melhor, que tivesse mais higiene. -----

----- Tinha feito um percurso na Freguesia por comerciantes de várias nacionalidades, explicando e sensibilizando e esse BIP/ZIP era muito importante para as pessoas sentirem-se parte do território. -----

----- **A Secretária do Executivo, Ana Santos**, agradeceu as questões colocadas pela Membro Beatriz Dias. Tanto uma como a outra eram as “meninas dos seus olhos”, a biblioteca por razões profissionais, porque era documentalista, e os recursos humanos porque era a responsável dos dois projetos. -----

----- Em relação à biblioteca, o que estava na Informação Escrita da Senhora Presidente reportava a 31 de março e tinha um e-mail de 27 de abril do responsável da Biblioteca São Lázaro, que estava a fazer o interface com a sala de leitura. Como todos deviam saber, uma sala de leitura não era uma biblioteca pública que se regia automaticamente pelo Manifesto da UNESCO, com funcionamento próprio, acesso à distância e um acervo especial por ser uma biblioteca pública. Ao nível da sala de leitura isso não era verdadeiro. -----

----- O que se estava a fazer era uma hipótese de integração, sendo que nunca seriam dois espaços iguais, mas fazer algo para que não fosse uma dicotomia entre uma coisa e outra mas sim uma ligação efetiva. -----

----- A primeira parte tinha sido fazer o levantamento do que havia em São Jorge de Arroios, onde também havia uma biblioteca e muita publicação. Não se tinha deitado nada fora mas fizera-se alguma escolha, mil exemplares foram para São Lázaro e outra parte ia para a sala Clodomiro Alvarenga, sendo certo que a colega da Clodomiro tinha já formação para trabalhar com empréstimos a partir da base de bibliotecas, em que as pessoas podiam aceder a empréstimos naquele local. Isso seria evolutivo, ela teria mais formação e ia passar alguns tempos na Biblioteca São Lázaro para ver o funcionamento, porque teoricamente era uma coisa mas na prática era outra. Estava-se a fazer um trabalho que no futuro seria visível para o exterior.-----

----- A sala de leitura tinha uma outra função, que era o apoio ao emprego ativo, era naquele espaço que se recebiam as pessoas que estavam à procura de emprego. Seria uma sala mais polivalente mas com uma matriz muito próxima da Biblioteca São

Lázaro. A pessoa que lá estava nunca tinha tido experiência em bibliotecas, mas também era isso que aliciava, estavam a dar oportunidades às pessoas de fazerem coisas mais interessantes, de serem melhor aproveitadas. Isso era um orgulho para quem estava nos recursos humanos. -----

----- Todos deviam ser iguais, mas de acordo com as ferramentas que tinham eram muito diferentes depois. Até mesmo por convicções ideológicas e não só, acabavam por ter matrizes de funcionamento muito diferente. Queria-se dar às pessoas o real valor que tinham, porque eram as pessoas da higiene urbana que resolviam certos problemas, eram as pessoas da biblioteca que ajudavam noutro tipo de trabalho e, portanto, estava-se sempre a aproveitar as competências das pessoas e a melhorar a sua performance. Isso era para si uma questão de orgulho e ficava muito satisfeita pelo trabalho desenvolvido até ao momento. -----

----- Podia dizer que até março tinham 12 pessoas que transitaram de contratos CEI para o contrato liberal, que era o único que podiam fazer, sendo certo que 75% desses contratos vinham de contratos CEI dos Anjos. Sabia que a política da antiga freguesia dos Anjos era acabar o CEI, iam embora e recebiam outro, mas o atual Executivo não fazia isso. Estavam a usar essa figura jurídica mas sempre com a vertente de integração e só não ficavam nos projetos as pessoas que não mostrassem competência ou não estivessem interessadas. As 12 pessoas dos Anjos passaram a outro tipo de contrato. ---

----- Essas duas notas demonstravam que Arroios era um local muito focado e se calhar um exemplo a seguir. Isso era importante, não era a vaidade de ser um lugar, mas ser alguém que podia ser seguido e era essa marca que devia ficar. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, disse que queria referir-se à questão do marketing e comunicação, especificamente ao projeto que já era uma realidade, Arroios TV. -----

----- O marketing era um conceito muito lato, podia ter várias interpretações e estava sempre subjacente à estratégia que se queria implementar. A estratégia do Executivo era dar mais um canal de comunicação, que a mensagem do que se fazia na Freguesia chegasse a um maior número de pessoas. Era com prazer que via de Assembleia para Assembleia haver mais participantes no público, mas havia muito mais gente para lá da Assembleia de Freguesia. -----

----- O projeto da TV Arroios tinha começado no programa, estava a ser implementado mas não estava fechado para a Junta, estava aberto à Freguesia. As associações da Freguesia podiam utilizar o espaço e o equipamento para criar os seus conteúdos, passar a sua mensagem, assim como as escolas. Várias tinham cursos multimédia e de comunicação e podiam também utilizar esse importante equipamento, uma vez que os recursos nas escolas, como sabiam, eram muito poucos. O Executivo esperava que fossem chegando as mensagens, os conteúdos, a cada vez um maior número de pessoas da Freguesia. -----

----- Aproveitava para salientar o Orçamento Participativo, não da CML, mas da Junta de Freguesia, que estava aberto para as pessoas apresentarem as suas propostas. A divulgação era feita através dos diversos meios. -----

----- **O Vogal da Junta, João Veríssimo**, começou por reiterar as palavras da Senhora Presidente da Junta relativamente ao empenho e à qualidade dos funcionários da higiene urbana, que era reconhecida e cujos meios tentaram amplificar. -----

----- Em segundo lugar sublinhar a reconhecida dificuldade de coordenação ainda a nível da higiene urbana, quer com a Câmara, quer com outras Juntas. Contudo, nem tudo era mau e nem ficava bem estar a dizer mal da Câmara e havia bons exemplos. Havia a referir o empenho da DMAU, orgânica da CML, e por exemplo o acordo bem

conseguido com a Junta do Areeiro, curiosamente PSD, de limpeza da área fronteira à Freguesia que até ao momento funcionava muito bem. -----

----- Por fim, confirmar a permanente disponibilidade do Executivo para, como sempre, se deslocar aos locais frisados, quer pela Membro Ana Mirra, quer pelo Senhor Frederico Guerreiro, quer por quem o entendesse fazer, para agir em conformidade. ----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que a Senhora Presidente da Junta era perita em colocar palavras que não tinha dito, o que entendia devido ao ambiente. -----

----- Não tinha dito que era mau, não tinha falado da lavagem das ruas que se tinha visto, tinha dito que era notoriamente insuficiente ainda e tinha a informação que eram encontradas seringas na Calçada de Santana. -----

----- Agradeceu ao Vogal João Veríssimo porque cada vez que lhe pedia para ver um problema nas ruas ele disponibilizava-se. A ele via nas ruas, à Senhora Presidente não via e se calhar não conhecia a Rua Nova do Colégio, mas como gostava tanto de audiovisuais podia na próxima Assembleia montar um esquema com as fotografias que tirava. -----

----- Não dizia, e era isso que se tentava sempre colocar na sua boca, que o problema era dos trabalhadores. Provavelmente era das ordens que eles tinham, mas a verdade era que tinha assistido a só varrerem metade da rua e da próxima vez ia tirar fotografias às seringas, aos dejetos humanos, tudo isso que podia mostrar. Seria uma Assembleia mais engraçada e aí não a podiam desmentir. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que tinha registado a observação colocada pelo Membro Fernanda Lacerda (PCP) acerca dos documentos que não abriam no site da Junta e iria verificar essa situação. Se houvesse algum erro seria retificado. --

----- **Ponto 5 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2014 e apreciação, discussão e votação da prestação de Contas de 2014;** -----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** disse que queria falar sobre estes dois pontos específicos da ordem de trabalhos e colocar também algumas questões. -----

----- Após ter analisado o saldo de Conta congratulava-se que, em relação às Contas da Freguesia, o saldo de gerência com que a Freguesia entrara em 2013 era de 193826,29 euros e em 2014 havia um saldo que transitava para o novo ano de 942245 euros. Tinha havido uma boa gestão e isso era um facto indesmentível, quer a nível das receitas onde tinha havido um aumento substancial que gostava de lembrar, porque no ano anterior foram 4 milhões e 9 mil euros e as despesas foram 3 milhões e 287 mil. Logo, os tais 942 que transitavam, porque havia outras operações de tesouraria. Na sua análise era uma boa gestão. -----

----- Por outro lado, gostava de questionar o Tesoureiro da Junta relativamente à área do controlo orçamental da receita. Considerando que a grande fatia no âmbito das receitas eram as transferências correntes, as receitas que iam da CML, as receitas que iam do Orçamento de Estado, do Fundo Autárquico, todas essas receitas, perguntava o que se tinha estado a fazer para poder reduzir a dependência das transferências correntes. -----

----- Sabia que tinha havido transferência de competências decorrentes do novo figurino jurídico da Freguesia, em que a Freguesia passara a ter muito mais competências, nomeadamente a nível de mercados, a nível de jardins, equipamentos. Perguntou qual a realidade que tinha sido encontrada pela Junta aquando das transferências de competências, que medidas foram implementadas em termos financeiros nesse âmbito, que resultados obtiveram e que expectativas tinham para 2015. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que os mais de 900 mil tinham a ver com recebimentos e pagamentos, tinham a ver com fluxos de caixa, o que não significava uma boa gestão ou não. Era entre o recebido e o pago, era outra coisa. -----



----- Em relação ao relatório de gestão, no entender do PCP não se deveria cingir unicamente à análise dos mapas de controlo orçamental, mas ter uma descrição das principais ações das várias áreas da Junta durante o exercício de 2014. Era um relatório muito cingido aos mapas do controlo orçamental. -----

----- Passando ao controlo orçamental na receita, verificava-se que a receita líquida em comparação com as previsões corrigidas tivera um acréscimo de 224 mil euros, em números redondos, com relevância para algumas rubricas, nomeadamente a 04 “outras – 51 mil e a 08 “diversas – 49 mil, sem especificação. -----

----- Nas despesas o mapa apresentava uma diferença de 751248 euros de dotação não comprometida. Deduzindo os compromissos assumidos para exercícios futuros de 344 mil, a diferença era de 407 mil. A diferença tinha relevância nas rubricas de “despesas com pessoal” e na rubrica 02 “aquisição de serviços e bens”. Perguntou qual era a razão disso, em especial com as despesas de pessoal, se havia pessoal que não tinha chegado, saber a razão dessa diferença. -----

----- Na sequência das questões levantadas aquando da discussão do Plano de Atividades e Orçamento para 2014 gostaria de ter mais informação sobre alguns gastos. Já tinham falado sobre isso na altura e punha a questão: -----

----- Na rubrica 02.01.21.99 “diversos” – 64145 euros; 02.02.14 “outros estudos e pareceres, projetos e consultadoria” – 108201 euros, com destaque para a rubrica de “imagem e comunicação” com 46863 euros; 02.02.17.02 “boletim informativo” – 29878 euros; 02.02.19 “assistência técnica, publicidade” – 24390 euros; 02.02.20 “outros trabalhos especializados” – 592604 euros; 06.02.03.05.01 “outras despesas” – 28353 euros. -----

----- No mapa dos compromissos assumidos de exercícios futuros verificava-se totalizar 344096 euros, era o que estava nas Contas, depois havia um mapa que tinha a discriminação dos respetivos valores e o que perguntava era a razão desses compromissos assumidos de exercícios futuros. Em 02.02.02 “limpeza e higiene – Euromex” – 47228 euros; 04.07.01 “instituições sem fins lucrativos” tinham em Lisboa Ginásio Clube – 51940 euros, Neves e Couto de Sousa Limitada – 28022 euros. Sendo uma sociedade por quotas, perguntava qual a razão de estar em instituições sem fins lucrativos; 06.02.03.05.01 “outras despesas”, Banco BIC Português SA – 32952 euros. No total dessa três rubricas tinham mais de 100 mil euros e gostaria que fosse dada uma explicação. -----

----- As Contas apresentavam um resultado líquido positivo de 703 mil euros e isso era sempre bom. No entanto, considerava que era elevado, tendo em atenção que se tratava de uma autarquia e que podia significar uma prestação de serviços menos conseguida, como não ter havido concretização de alguns projetos e benefícios em prol dos fregueses. Acreditava também que uma boa gestão em que se pudessem conseguir despesas com custos menos elevados originavam resultados positivos, mas o que se pretendia não eram resultados muito elevados, porque existia um Orçamento que tinha determinadas atividades às quais era afeta a despesa e pretendia-se que ela fosse concretizada para o bem de uma comunidade. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que era bom a Membro Fernanda Lacerda falar antes de si e tinha essa competência na análise dos Orçamentos, porque acabara por referir todos os campos que tinha assinalado e que não faria com a mesma competência. Isso deixava-a livre para falar de um aspeto que não tinha sido referido e que era extremamente importante, que era o valor atribuído ao Orçamento Participativo. -----

----- Nas dotações corrigidas tinham mil euros para o Orçamento Participativo e tinha ficado com a informação, se calhar o equívoco era seu, de que esse valor seria corrigido na presente Assembleia de Freguesia e seria um valor mais elevado. Era essa pergunta

que fazia e associava-se às perguntas que a Membro Fernanda Lacerda tinha feito, porque eram também as suas. -----

----- **Membro Nuno Vitoriano (PSD)** disse que verificava com bastante interesse haver graus de execução elevados tanto na despesa como na receita, o que queria dizer que a Junta estava a trabalhar, estava a conseguir alguns dos objetivos a que se propunha, nomeadamente no grau de execução da receita elevado com os proveitos das transferências correntes da Administração Central e não só e ainda dos impostos diretos e das taxas. -----

----- Lamentava-se que, na despesa, o Orçamento proposto tivesse sido executado da forma como fora proposto nalgumas rubricas, nomeadamente em “estudos e projetos”, os 30 mil euros alocados ao boletim informativo, algumas rubricas de “diversos” que não se sabia o que eram e um exagerado investimento em “aquisição de bens e serviços”, na ordem dos dois milhões de euros, o que parecia extremamente elevado. --

----- Era um Relatório de Contas, consequência do Orçamento, o PSD abstivera-se no Orçamento para 2014 e iria ser coerente com essa abstenção, abtendo-se na votação a seguir. -----

----- Perguntou se o Executivo se tinha esquecido de apresentar o Relatório de Atividades, porque não se lembrava de ter recebido. -----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, disse que de facto as receitas correntes representavam uma grande fatia e também era verdade que com a transferência de competências herdaram-se equipamentos que geravam receita e no objetivo do Executivo iriam gerar ainda mais receitas. -----

----- Os equipamentos principais eram os mercados. A Junta tinha recebido os mercados num estado de degradação acentuada, lojas vazias, diria que 80% das lojas dos mercados estavam vazias, comerciantes dispersos por pisos. Pareciam ilhas, não havia um sentimento de mercado. Tinha havido um claro investimento nos mercados, porque eram uma fonte importante de receita. Atualmente estariam 80% das lojas ocupadas e 20% ainda vazias, também fruto de obras que estavam a ser feitas, e a receita ia aumentando porque as lojas iam sendo ocupadas. -----

----- As bancadas nos mercados estavam livres durante a semana mas ao fim-de-semana também estavam ocupadas e também tinham gerado receita adicional e ainda havia trabalho a fazer. O Mercado de Arroios era uma obra grande da CML, no Mercado 31 de Janeiro e no Mercado do Forno Tijolo eram obras da Junta de Freguesia. Ainda havia melhorias a fazer, mas as diferenças estavam à vista para quem frequentava os mercados, antes e atualmente. -----

----- Em relação à questão das contas 04 e 08, na receita, a 04 era em grande parte a receita dos mercados e a 08 eram receitas não alocadas nas Contas anteriores. Havia algumas especificidades, havia estornos relacionados com seguros, reembolsos da EDP, uma prestação relativamente a um processo por ordem do Tribunal de Contas. Eram despesas não distribuídas pelas Contas anteriores. -----

----- Relativamente à despesa, não sabia se tinha conseguido apontar todos os números, mas ia focar-se nos grandes números. -----

----- Na conta 02.01.21.99, os 65 mil euros, tinha havido despesas com tintas para as passeadeiras, tintas para pinturas dos mercados e do parque de estacionamento, despesas relacionadas com reparação de calçada como aquisição de pedra e lancis, sacos de lixo para a limpeza urbana, diversas outras despesas que não tinham classificação e por isso estavam em “diversos”. -----

----- Relativamente a “outros estudos, pareceres e projetos”, 02.02.14, iria subdividir. Em “imagem e comunicação” tinham o valor de 46 mil euros, tudo o que em 2014 fora

imagem da Junta, a criação do logotipo, designs gráficos, o projeto Arroios TV também entrava nessa despesa. -----

----- Em “estudos e pareceres técnicos”, tinham-se herdado os jardins em alto estado de degradação, por exemplo em relação a sistemas de rega. Tinha sido necessário fazer um levantamento de todos os sistemas de rega. O futuro elevador do Forno Tijolo também tinha um projeto que tivera que ser pago e a futura sede da Junta de Freguesia no Largo do Intendente, a nova, o projeto já estava a ser elaborado. Tinha-se feito o projeto geológico, o qual já tinha sido pago. -----

----- Na 02.02.17.02, “impressão e distribuição do boletim”, foram 29 mil euros para 244.500 exemplares, o que não parecia ser muito. Mais à frente iria dar mais alguns detalhes sobre essa questão. -----

----- Na 02.02.19, “assistência técnica”, tinham elevadores, câmaras frigoríficas, climatização, impressoras, tinham uma série de equipamentos que era necessário manter. O Mercado 31 de Janeiro tinha três elevadores e, quando o receberam, dois estavam avariados e um avariara na semana seguinte, quando já havia propostas com mais de um ano para reparação dos elevadores. A assistência técnica no ano de 2014 tinha sido um investimento necessário e que continuaria a ser feito para manter nas devidas condições. -----

----- Relativamente a “outros trabalhos especializados”, a 02.02.20, também iria subdividir. -----

----- Na 02.02.20.01 tinham o pagamento à empresa de pintura de passadeiras, implementação do software, execuções e processos judiciais de São Jorge de Arroios, em que os processos não foram contestados em devido momento e quando passaram para a Junta de Arroios já estavam na fase de execução. Havia algumas regularizações de São Jorge de Arroios, as que foram comprovadas e tiveram que ser regularizadas, e tudo o que era material estacionário. -----

----- Na 02.02.20.12, que eram 538 mil euros, os prestadores de serviços representavam 64% da despesa, a manutenção dos espaços verdes representava 25% da despesa. Somando esses dois valores tinham 89% da despesa consumida e depois havia a formação de informática, impressoras e outras despesas. -----

----- Relativamente ao 06.02.03.05, eram todas as outras despesas que não se conseguiram contabilizar nas despesas anteriores. Havia despesas por exemplo de IVA, havia a quota da ANAFRE, outro tipo de regularizações com São Jorge de Arroios que não se classificaram em rubricas anteriores. Era esse tipo de despesas que não se classificava em contas específicas e por isso caíam em “outras”. -----

----- Quanto ao mapa dos compromissos assumidos para exercícios futuros, a Euromex era um contrato de limpeza dos mercados e da biblioteca negociado com a CML e assinado no dia 1 de março de 2014, por um prazo de 36 meses e com um valor anual de 120 mil euros. Quando a Junta tinha assumido os mercados e biblioteca e começara a verificar os níveis de serviço contratados, viam que não estavam satisfeitos com os mesmos e bastava ir aos mercados para ver que a limpeza não era eficiente. Ao fim de seis meses conseguira-se extinguir um contrato de 36 meses e essa despesa tinha sido substancialmente reduzida. Os mercados estavam a ser limpos através de uma equipa própria constituída pela Junta de Freguesia. -----

----- Existia também a opção de subcontratar e consultaram-se empresas no mercado, conseguindo-se valores por metade do preço. A questão era que a limpeza tinha uma legislação própria, os funcionários que a empresa tinha teriam que passar para a empresa seguinte e todos os custos associados teriam que passar para a empresa seguinte. Ao fazer-se esse processo verificara-se que havia pagamentos indevidos, as horas extra não estavam a ser pagas como horas extra mas sim como prémios pela empresa Euromex,

que também já herdara essa situação quando assumira esse contrato. Portanto, decidira-se que durante parte de 2014 e 2015 a Junta iria ter os seus próprios meios. -----

----- Nas instituições sem fins lucrativos eram as atividades extracurriculares e a Componente de Apoio à Família. Eram verbas que se cediam através de transferências correntes da CML e do Ministério da Educação para pagar aos executores que estavam definidos. A Neves e Couto de Sousa era uma empresa que já trabalhava com o agrupamento de escolas do Largo do Leão, o agrupamento estava satisfeito com o serviço prestado e a Junta mantinha essa empresa. -----

----- Era importante realçar que o valor recebido pela Junta não era mensal, era um valor que periodicamente ia através das receitas correntes e depois a Junta pagava a essas entidades. O que se assistia era que essas entidades só recebiam quando a Junta recebia o dinheiro, se houvesse atrasos também havia atrasos no planeamento e o que se tinha feito era sentar com essas entidades, com essas empresas, com o Lisboa Ginásio que era uma entidade pública e a Neves e Couto que era uma sociedade por quotas, tendo definido um plano de transferências não só para essas duas entidades como também para o agrupamento de escolas. As transferências eram mensais, a Junta recebia depois e pagava antes, o que dava uma estabilidade às entidades que implementavam esses programas. -----

----- Banco BIC Português, não se sabia como seria o ano 2014 e foram prudentes. Por outro lado existiam despesas que eram necessárias efetuar, como a aquisição de viaturas. A extinta Junta dos Anjos tinha três viaturas, São Jorge de Arroios não tinha e a Junta da Pena tinha uma que fora destruída por uma árvore num temporal. Não se sabia ainda como seria 2014 e pediram-se algumas propostas para leasing mas optara-se por não fazer leasing, até porque tinha que ir ao Tribunal de Contas e depois à Assembleia de Freguesia. Além disso, o valor era superior. Fizera-se um acordo com o BIC, em que se dava como garantia um depósito a prazo no mesmo valor e o BIC disponibilizara um valor extra para o pagamento das carrinhas. Esse valor já estava totalmente liquidado em 2015. As viaturas tinham ficado desde o primeiro dia propriedade da Junta e fora uma forma de não estarem a cativar o valor que podia ser importante utilizar em 2014. -----

----- O resultado líquido era elevado, foram prudentes, fizeram muita coisa com pouco dinheiro e envolveram-se muitas associações, por exemplo na ação social, negociaram-se muitos contratos que vinham da CML e já dera o exemplo da Euromex, negociaram-se outros contratos relativamente a outras despesas como comunicações, havia muito mais gente e não se gastava três vezes mais do que as extintas Juntas gastavam. -----

----- Por outro lado, tinham sido conservadores. Já se fizera algum investimento, adquirira-se equipamento por exemplo para a higiene urbana e esperavam continuar a fazer porque era importante dotar essa área com equipamento. Tinham obras para fazer, a piscina de Arroios nunca tivera uma intervenção significativa nos últimos vinte anos e encontraram situações inimagináveis para uma piscina pública, sendo a única que existia na Freguesia, como armários degradados, bancos cheios de ferrugem. Era um espaço público e que, portanto, tinha que se salvaguardar a saúde pública. -----

----- A piscina iria sofrer uma obra significativa e todo esse dinheiro não fora utilizado no ano anterior mas certamente seria utilizado no corrente ano. Iam lançar dois concursos públicos, um para a cobertura e outro para a climatização. -----

----- Também havia um investimento grande no arvoredo. Muitos cepos que existiam na Freguesia, alguns se calhar já tinham anos, e tinha-se estado a arrancar os cepos e a replantar as árvores. Em três meses plantaram-se 70 árvores e em 2015 iriam plantar muitas mais. -----

----- Quanto ao Orçamento Participativo, no ano anterior estava previsto mas não se verificara e para 2015 tinha uma verba de 45 mil euros. -----

----- Relativamente à última intervenção, queria só referir uma situação quanto ao boletim informativo. A Junta não tinha só o boletim informativo, porque a comunicação não se esgotava aí. A informação, ou a comunicação, ou o marketing, se quisessem, era muito mais que isso e o valor que se tinha gasto por exemplo na antiga freguesia dos Anjos com 33 mil exemplares, era de 19 mil euros. Para 245 mil tinha-se conseguido gastar 29 mil euros. Bastava fazer as contas e ver qual era o valor unitário por jornal ou revista. -----

----- A questão do boletim informativo existia em todas as Juntas e Arroios tinha um posicionamento diferente. Passando a redundância, queriam posicionar a Freguesia de Arroios, dar uma nova imagem à Freguesia de Arroios, queriam que as pessoas visitassem e se instalassem na Freguesia de Arroios. Eram meios fundamentais para que a imagem e a mensagem passasse. -----

----- Relativamente ao Relatório de Atividades, normalmente era apresentado com a apresentação do Orçamento e o que tinham no momento era o fecho de Contas. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais de 2014 e prestação de Contas de 2014**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor de PS (9) e PAN (1) e 9 abstenções de PSD (5), PCP (2), BE (1) e CDS-PP (1).-----

----- Submeteu à votação a **ata em minuta** relativa à presente deliberação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e votação da norma de controlo interno;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **norma de controlo interno**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **ata em minuta** relativa à presente deliberação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e votação do Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.---

----- Submeteu à votação a **ata em minuta** relativa à presente deliberação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização dos Espaços Cedidos pela Freguesia de Arroios;**-----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que concordava com a necessidade de regulamentar a cedência dos espaços da Freguesia e o modo como os fregueses se iam relacionar com os espaços que iam frequentar. No entanto, tinha algumas dúvidas relativamente a alguns aspetos que resultavam da leitura do Regulamento, nomeadamente no ponto 1 do artigo 10º, que era a cedência de utilização temporária. Dizia-se que era mediante o pagamento de uma taxa prevista na Tabela de Taxas e Outras Receitas da Freguesia ou mediante contrapartida contratualizada. -----

----- Considerava importante que os fregueses pudessem usar os espaços da Freguesia, eram todos contribuintes e os impostos que todos pagavam, na sua perspetiva, permitiam esse acesso a alguns dos equipamentos existentes na Freguesia. Portanto, a sua dúvida tinha precisamente a ver com essas taxas, por não saber qual era o valor estipulado e qual o critério, porque depois havia vários aspetos diferentes. Qual seria o critério para se aplicar uma taxa ou uma contrapartida, isso não estava claro no Regulamento e gostava de ter um esclarecimento relativamente a esse ponto. -----

----- **A Secretária da Junta, Ana Santos**, referiu que o Regulamento, como em qualquer instituição, tinha regras. Não sabia se a Membro Beatriz Dias se estava a referir a algum equipamento em especial, mas sabia que eram utilizadores da biblioteca e podia garantir que para a biblioteca já se definira, dado o seu cariz e a sua função, que não se cobrava nada a ninguém. Evidentemente que se fosse a televisão servia como publicidade, quando iam lá gravar determinadas coisas isso funcionava como atrativo e tinham uma procura maior com base nisso. -----

----- Para as outras pessoas o que se instituía, como estavam a melhorar o acervo, era pôr à disposição de quem lá ia por exemplo uma hora/um livro, dentro de uma lista de livros que tinham e que gostariam de ver ali materializada. O custo para esse equipamento manter-se-ia esse. Também haveria em conta algumas exceções e um olhar diferente conforme as circunstâncias, mas isso não impedia existir um Regulamento.---

----- **A Senhora Presidente da Junta** acrescentou que cediam semanalmente os espaços todos, desde o ginásio, a sala Clodomiro Alvarenga, às vezes à noite, às vezes ao fim-de-semana, para o movimento associativo e para várias escolas, para jovens da universidade que iam lá fazer um movimento e era cedido gratuitamente. -----

----- Se aparecessem, como apareceram, equipas de filmagem que queriam ir para a Biblioteca de São Lázaro para fazer um filme, que normalmente pagavam, a Junta cobrava como qualquer entidade porque era uma situação de uma empresa com lucro e ia rentabilizar isso. Em tudo tinha que haver regras, mas a população nunca pagara nada.

----- **O Vogal da Junta, Fernando Ricardo**, começou por agradecer a presença do público, porque era sempre importante terem fregueses, pessoas interessadas na discussão e na análise dos problemas. -----

----- Não poderia acrescentar muito em relação ao que já tinha sido dito pelas suas colegas do Executivo. Em todo o caso, tinham que se cingir também à Tabela de Taxas existente, era uma referência, para não criar até discriminações entre as pessoas. As pessoas sabiam ao que iam, que tinham que pagar aquela taxa porque isso estava previsto e era geral e obrigatório para todos. Obviamente que não se pretendia excluir ninguém da utilização dos espaços, não havia um intuito lucrativo, era apenas uma contrapartida pela utilização e por gastos que porventura estivessem inerentes à utilização desses equipamentos. -----

----- Não podia deixar de aproveitar a oportunidade para, a respeito de um outro assunto relativo ao ponto anterior da ordem de trabalhos, fazer uma referência. Parecia que ainda não era dessa que iriam levar a Junta à bancarrota, porque até estavam a ser criticados por haver um saldo positivo e não utilizarem, como poderiam ter utilizado e porventura poderiam utilizar noutros anos. -----

----- O Executivo tinha muita preocupação com a gestão dos dinheiros públicos e no seu caso em particular, porque ia de uma experiência na anterior Junta de São Jorge de Arroios em que os dinheiros públicos foram malbaratados e a principal nota negativa dessa gestão fora precisamente a esse nível. Daí também o seu particular cuidado, que aliás nada acrescentava ao cuidado do Executivo, que tinha muito cuidado na gestão dos dinheiros públicos e na prestação que fazia da utilização desses dinheiros públicos.-----

----- Pelos vistos não era nesse ano que iam levar a Junta à bancarrota e esperava que ao longo de todo o mandato nunca chegassem sequer perto de uma situação dessas. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** referiu que no artigo 2º, no âmbito de aplicação, depois dizia: “a rede de espaços da Freguesia é composta pelos seguintes equipamentos...” e na alínea a) não estava incluída a Biblioteca de São Lázaro. A sua pergunta era se a Biblioteca de São Lázaro também se enquadrava nesse Regulamento ou se ela iria calhar no ponto 5, “este Regulamento não se aplica a espaços da Freguesia que disponham de regulamento de utilização específico”. -----

----- Também gostava de acrescentar que compreendia a necessidade de haver normas para a utilização dos espaços públicos, eram para todos os fregueses e queriam que a utilização fosse feita de uma forma uniforme e que pudessem ser usados por todas as pessoas. Não estava a defender que os espaços fossem livres de regras. O seu argumento era que a aplicação de taxas podia afastar algumas associações, pessoas e jovens da utilização de espaços, mas a resposta que lhe fora dada de alguma forma tinha esclarecido essa dúvida.-----

----- **O Tesoureiro da Junta, António Bacalhau**, disse que a Biblioteca de São Lázaro pertencia a uma rede de bibliotecas públicas que já tinha um regulamento próprio e por isso não tinha sido adicionada.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização dos Espaços Cedidos pela Freguesia de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 18 votos a favor de PS (9), PSD (5), PCP (2), CDS-PP (1) e PAN (1) e uma abstenção (BE) e restantes votos a favor.-----

----- Submeteu à votação a **ata em minuta** relativa à presente deliberação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 9 – Análise, discussão e votação do Regulamento de Inventário e Cadastro Patrimonial;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Regulamento de Inventário e Cadastro Patrimonial**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **ata em minuta** relativa à presente deliberação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 10 – Análise, discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;**-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que esse Plano já tinha ido à discussão na Assembleia de 18 de dezembro de 2014, que depois, pelo adiantado da hora, fora transferido para a presente Assembleia. Na altura tinha chamado à atenção do Executivo que havia algumas coisas que o PCP verificara e uma delas era que faltavam as páginas pares, o que tinha sido já emendado, já fazendo sentido a leitura, mas tinha pedido que olhassem para o texto porque havia algumas coisas com as quais o PCP não concordava. Na realidade o texto estava igual e, portanto, o PCP fazia a seguinte proposta: que esse Plano, que se sabia ser geral a necessidade de haver um plano de riscos, fazia parte das empresas e de todos os organismos e entidades, o PCP considerava que deveria ser retirado e analisado o seu texto porque havia algumas coisas que não estavam corretas.

----- Começando pelas estratégias, página 5, segundo parágrafo, lia-se “modelar o comportamento dos trabalhadores através do exemplo dos superiores hierárquicos”. O PCP considerava uma estratégia desajustada e absurda em democracia. Os trabalhadores podiam ter tanta ou mais ética do que os seus superiores e nalguns exemplos da sociedade a maior parte dos trabalhadores seriam corruptos, sem ética, incompetentes e antipatriotas. Ter ou não ter ética não dependia da categoria profissional, ou da função que desempenhava, mas do carácter e profissionalismo das pessoas. O PCP considerava que essa frase não se ajustava e era absurda.-----

----- No terceiro parágrafo dizia-se: “combater a corrupção exige mais do que planos, instrumentos e programas, requer exemplos de conduta que inspirem, necessita de líderes cuja atuação seja um referencial e um fator de inspiração capaz de estimular igual comportamento nos seus trabalhadores”.-----

----- Nem ia dizer do que se estava a lembrar, só faltava a fotografia na parede. No mínimo roçava o mau gosto e nem queria acreditar.-----

----- Lendo todo o texto, ele estava feito para os funcionários. A pergunta que fazia era acerca dos órgãos eleitos, por que razão só se aplicava aos funcionários, se o risco de corrupção só existia nos funcionários, se um plano de prevenção de risco de corrupção e infrações conexas não se deveria aplicar aos membros eleitos, aos dirigentes, trabalhadores e colaboradores, a todos. -----

----- Por tudo isso mas principalmente por aqueles dois parágrafos, o PCP considerava que o documento deveria ser retirado, analisado, voltando numa próxima Assembleia à discussão. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** disse que apoiava a intervenção da Membro Fernanda Lacerda, que tinha dito várias coisas que também iria dizer, nomeadamente que o documento estava muito centrado na atuação dos funcionários e pouco ou nada referia sobre o que podia ser a atuação dos líderes. Sabia-se que o risco de corrupção não se resumia aos funcionários. -----

----- Também havia outros aspetos na indicação de medidas a adotar, que eram bastante escassas e omitiam medidas importantes no combate que se queria fazer à corrupção. Pensando num exemplo concreto, quando havia um espaço público que estava a concurso havia sempre a ideia de senso comum que esse espaço público já fora destinado a alguém, porque as regras não eram claras e não havia indicação dos critérios de seleção, não se sabia como concorrer. Era tudo bastante opaco, o que levava a que só os mais bem posicionados, aqueles que tinham melhores ligações e maiores conhecimentos podiam saber do concurso e candidatar-se. Portanto, nessa parte da área da contratação pública era importante que nas medidas propostas houvesse uma indicação clara do objeto que estava a concurso, as regras de seleção dos candidatos, a indicação dos candidatos selecionados e uma descrição dos critérios que levaram à seleção dos candidatos. -----

----- Assim poderiam de alguma forma ultrapassar a ideia de senso comum, que muitas vezes se confirmava, de haver pessoas beneficiadas nos concursos públicos. -----

----- Por outro lado, nas medidas propostas não havia medidas que combatessem o ajuste direto. Sabia que o ajuste direto era uma medida prevista na Lei, mas gostava que na Freguesia onde estava eleita, que podia ser uma Freguesia de vanguarda, que o não recurso a ajustes diretos fosse uma medida de combate à corrupção, mais uma vez para não beneficiar alguns grupos e não aumentar a desigualdade do acesso aos concursos públicos. Essas medidas deviam constar da norma. -----

----- **Membro Vitor Carvalho (PS)** disse ter a certeza que depois das observações feitas o Executivo iria seguramente rever o documento. O PS estava disposto para que não fosse colocado a votação e que fosse passado para uma próxima Assembleia, de forma a que o Executivo tivesse oportunidade de rever os aspetos que entendesse não fazerem sentido nesse documento. -----

----- **Membro Miguel Matias (PSD)** disse que, uma vez que o documento ia ser revisto, existiam várias normas internacionais, mesmo da União Europeia, existiam inclusivamente consórcios que podiam ser assinados e que combatiam a corrupção. Essencialmente necessário era não deixar as coisas no vago, porque era fácil definir e grande parte do documento era transcrever o que estava na Lei, acima de tudo era importante ter processos bem definidos de como eram controlados. -----

----- Não era preciso inventar nada, existiam várias normas internacionais que regulavam e seria uma boa opção seguirem-se por elas. Deixava essa sugestão. -----

----- **O Vogal do Executivo, Fernando Ricardo**, disse que o Executivo tinha em devida conta todos os contributos, que eram muito positivos. Estavam em posição de retirar e apresentar numa nova oportunidade, com o contributo de todas as bancadas. -----



----- A referência ao comportamento dos trabalhadores, seguindo o exemplo dos superiores hierárquicos, também não podia ser analisado de uma forma tão negativa. Todos sabiam que o verdadeiro líder era aquele que inspirava e dava o exemplo. Era nesse sentido. Aliás, sabia-se a importância que os dirigentes tinham em todas as organizações e, se davam maus exemplos, isso depois também se repercutia nos seus trabalhadores, mas se davam bons exemplos era isso que se queria, tinha que se pensar sempre no lado virtuoso das coisas, obviamente que os próprios trabalhadores eram tentados a seguir esse exemplo. -----

----- Era num sentido positivo que estava essa referência e por isso se entendia a referência na página 10 aos líderes cuja atuação fosse um referencial e um fator de inspiração e capaz de estimular o comportamento dos seus trabalhadores. -----

----- Relativamente ao ajuste direto, ele estava previsto na Lei e também não podiam ser “mais papistas que o Papa”. Era um instrumento que agilizava bastante para aqueles contratos de baixo montante, porque os procedimentos concursais para os concursos de maior fôlego eram muito pesados e implicavam muito tempo, com contrapropostas, recursos, etc.. Não havia condições de prescindir em certas circunstâncias, quando isso se justificava, da figura do ajuste direto, porque eram contratos que não justificavam aqueles procedimentos tão pesados como eram para os concursos de grande dimensão.

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação aos concursos públicos a Membro Beatriz Dias podia estar descansada. A única coisa que tinham para concurso público eram os quiosques e a piscina, que eram concursos mais elevados e que seriam conhecidos de toda a gente, em que toda a gente podia concorrer. Aí as regras estavam definidas e as pessoas sabiam ao que iam concorrer, qual era o custo do concurso. No caso dos quiosques ou do restaurante que tinham no Campo Mártires da Pátria teria um custo e umas regras bastante apertadas para que tivesse condições, mas essas regras estariam definidas e o próprio caderno de encargos tinha essas regras todas. -----

----- Só para terem uma ideia, tentariam apresentar a mais de 50 empresas que pudessem querer aquele espaço, porque o que se queria era um espaço com dignidade para o jardim do Campo Mártires da Pátria, que era um espaço que levava quase duzentas pessoas e por isso queria-se que fosse apelativo. O lago também ia entrar em obras e queria-se que aquele espaço do coração da cidade fosse tão importante como qualquer outro e que levasse as pessoas, as crianças, as famílias. Era nesse sentido que teriam cuidado com os concursos públicos. -----

----- Nas lojas que tinham a arrendar, as que já tinham sido arrendadas nos mercados podiam alguma vez não fazer concurso, as que nunca foram arrendadas iriam a concurso. Podia-se dizer que interessava mais uma outra área e informar que não queriam mais restaurantes ou outro tipo de comércio, para não prejudicar os que lá estavam, mas todas iam a concurso e era obrigatório. -----

----- Queria dizer isso porque às vezes ficava um pouco chocada pelo facto das pessoas acharem que se estava a fazer favores a amigos. -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_  
----- O PRESIDENTE -----